



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

LUANA CÂNDIDO DOS SANTOS

**INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM
ESPAÇOS NATURAIS:** perspectivas e possibilidades em Unidades Protegidas do Recife

Recife
2022

LUANA CÂNDIDO DOS SANTOS

**INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM
ESPAÇOS NATURAIS:** perspectivas e possibilidades em unidades protegidas do Recife

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito necessário para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração: Gestão e Políticas Ambientais.

Orientador: Professor Dr. Itamar José Dias e Cordeiro.

Recife
2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

S237i Santos, Luana Cândido dos
Inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência em espaços naturais:
perspectivas e possibilidades em Unidades Protegidas do Recife /Luana
Cândido dos Santos. – 2022
98 f.: il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Itamar José Dias e Cordeiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente,
(PRODEMA) Recife, 2022.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Gestão ambiental. 2. Desenvolvimento econômico - Aspectos ambientais.
3. Sociologia. 4. Comunicação de massa e integração social. 5. Núcleos de
informação tecnológica. I. Cordeiro, Itamar José Dias e (Orientador). II. Título.

363.7 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-045)

LUANA CÂNDIDO DOS SANTOS

**INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM
ESPAÇOS NATURAIS:** perspectivas e possibilidades em Unidades Protegidas do Recife

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito necessário para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração: Gestão e Políticas Ambientais.

Aprovada em: 06/09/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Itamar José e Cordeiro (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof.ª Dr. Vanice Santiago Fragoso Selva
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof.ª Dr. Talitha Lucena de Vasconcelos
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof.ª Dr. Valéria Sandra de Oliveira Costa
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Dedico esta dissertação à minha amada e estimada mãe, Zeneide. Ela é meu porto seguro nos dias cizentos e o grande amor da minha vida. Ao meu pai, Luiz (*in memorian*) pelo amor e zelo dedicados a minha pessoa. A meu querido e amado Gabriel pelo companherismo e amor.

Amo vocês demais!

AGRADECIMENTOS

Para iniciar meus agradecimentos, gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por suas bênçãos maravilhosas que acalentam a minha vida.

À minha linda mãe, Zeneide Cândido dos Santos, por sempre ter me incentivado a estudar e a lutar pelos meus sonhos. Obrigada mãe por todo o seu apoio em minha trajetória acadêmica.

Ao meu pai, Luiz João Lima dos Santos, que mesmo não estando mais entre nós, agraciou-me com o dom da vida e da coragem.

Ao meu querido e amado namorado Gabriel Marques dos Ramos, pelo amor, incentivo e apoio em todas minhas decisões acadêmicas desde a época da graduação.

Ao meu orientador, Itamar José Dias e Cordeiro, que é uma referência de profissional ético e comprometido com a pesquisa científica. Obrigada por ter me proporcionado uma experiência acadêmica e profissional memorável. Agradeço demasiadamente por ter sido um verdadeiro pai acadêmico, desde o momento em que engatei no mestrado, e por também ter sido luz nesse momento tão importante da minha vida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento para Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos no grau de mestrado acadêmico. Ressalto que a bolsa foi essencial por ter fornecido os subsídios financeiros necessários à execução da minha pesquisa.

Aos meus colegas, Samuel Costa, Jucielma Lima, Ana Márcia, Cleyton, Jessé, Valdilene, Leandro e Mari (Marilene), pela amizade, parceria e companheirismo ao decorrer do mestrado.

A Maêlda Lacerda, por ter sido e ser uma fonte direta de inspiração. Sua luz fez despertar em mim o amor pela docência e pela educação.

Aos meus professores, primos, sogros e amigos, que sempre me apoiaram em minhas decisões e iniciativas.

Quem acredita sempre alcança. (Renato Russo)

RESUMO

As Unidades de Conservação (UCs) brasileiras são detentoras de atributos naturais e culturais importantes, que se caracterizam como atrativos para a realização de práticas de atividades voltadas ao turismo, ao lazer e à pesquisa científica, por exemplo. Contudo, a ausência de iniciativas voltadas à promoção da acessibilidade e inclusão social de Pessoas com Deficiência nas Unidades de Conservação, enquanto espaços públicos, caracterizam-se como um dos grandes desafios para a gestão das UCs atualmente, pois tal situação ainda afasta muitos visitantes. Tal situação vai de encontro aos valores defendidos nas metas globais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), especificamente a ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), que estabelece como meta proporcionar o acesso universal a espaços públicos, inclusivos, acessíveis e verdes para Pessoas com Deficiência, até o ano de 2030. Frente ao exposto, a presente pesquisa teve como objetivo central analisar Unidades Protegidas na cidade do Recife no tocante à acessibilidade e inclusão social das Pessoas com Deficiência. Para o alcance de tal objetivo, foram utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, além da aplicação de coleta direta de dados, como questionários semiestruturados e *checklist*. Para o tratamento e interpretação dos dados obtidos, foi feita uma análise e discussão das informações coletadas com base na legislação brasileira que assegura a acessibilidade em espaços públicos, bem como em teóricos que discutem a temática. Os resultados apontaram que boa parte das Unidades Protegidas da cidade do Recife ainda não dispõe de uma infraestrutura com acessibilidade adequada para incluir socialmente as Pessoas com Deficiência que veem essas UCs como lugares atrativos para visitas e turismo. Além disso, parte majoritária das Pessoas com deficiência auditiva, física e visual que responderam aos questionários alegaram frequentar esses lugares e afirmaram sentir falta de intérpretes de Libras, rampas, sinalização em Braille, entre outros mecanismos necessários à sua inserção nesses espaços que são abertos à visita. Com isso, pode-se inferir que a acessibilidade e consequente inclusão social das Pessoas com Deficiência em Unidades de Conservação, em especial para aquelas com deficiência física, auditiva e visual, dependem primordialmente de ações e iniciativas adotadas pelo poder público. Isso porque ele tem como principal função adotar e executar planejamentos e iniciativas capazes de promover o bem comum e a igualdade social.

Palavras-chave: objetivos do desenvolvimento sustentável; inclusão social; pessoas com deficiência; unidades de conservação.

ABSTRACT

Brazilian Protected areas have natural and cultural attributes that are important, which are characterized as attractive for carrying out practical activities focused on tourism, leisure and scientific research, for example. However, the absence of initiatives aimed at promoting accessibility and social inclusion of People with Disabilities in protected areas is characterized as one of the great challenges for the management of PAs today, as this situation still drives away many visitors. This situation is against the values defended in the global goals of the Sustainable Development Goals (SDGs), specifically a SDG 11 (Sustainable Cities and Communities), which process as a goal to provide universal access to public, inclusive spaces, green losses and for People with Disabilities, by the year 2030. In view of this, this research aimed to analyze the situation of 4 Protected Units in the city of Recife with regard to accessibility and social inclusion of People with Disabilities. To achieve this objective, bibliographic and documentary research techniques were used, in addition to the application of direct data collection, such as semi-structured questionnaires and checklists. For the treatment and interpretation of the data obtained, an analysis and discussion of the information collected was carried out based on the Brazilian legislation that ensures accessibility in public spaces, as well as on theorists who discuss the subject. The results showed that most of the Protected Units in the city of Recife still do not have an infrastructure with adequate accessibility to socially include People with Disabilities who see these UCs as attractive places for visits and tourism. In addition, the majority of respondents with hearing, physical and visual impairment claim to go to these places and say they miss interpreters of Libras, ramps, Braille signage, among other mechanisms necessary for an insertion in these places that are open to visitation. Thus, it can be inferred that the accessibility and consequent social inclusion of People with Disabilities in Conservation Units, especially for those with physical, hearing and visual impairments, depend primarily on actions and initiatives taken by the government. This is because their main function is to adopt and execute plans and initiatives capable of promoting the common good and social equality.

Keywords: accessibility; social inclusion; people with disabilities; protected areas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Infraestrutura para turistas com deficiência física no Parque de Yellowstone, EUA	31
Figura 2 –	Hot Springs com calçadas acessíveis nos EUA	32
Figura 3 –	Grupo de turistas com deficiência visual na Reserva Biológica União, Rio de Janeiro	39
Figura 4 –	Turistas em trilha suspensa no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	40
Figura 5 –	Jardim Botânico do Recife	43
Figura 6 –	Unidade de Conservação da Natureza Dois Unidos	44
Figura 7 –	Unidade de Conservação da Paisagem: O Parque da Jaqueira	45
Figura 8 –	Unidade de Equilíbrio Ambiental: Praça do Derby	46
Figura 9 –	Mapa de localização do Jardim Botânico do Recife	49
Figura 10 –	Mapa de localização do Parque da Jaqueira	50
Figura 11 –	Mapa de localização do Parque Apipucos	52
Figura 12 –	Mapa de localização da UCN Dois Unidos, Recife	54
Figura 13 –	Infraestrutura com piso nivelado que permite uma locomoção para Pessoas com Deficiência e mobilidade reduzida no Jardim Botânico do Recife	62
Figura 14 –	Infraestrutura com rampas de acessibilidade para Pessoas com Deficiência física no Parque da Jaqueira-Recife	62
Figura 15 –	Rampa de acesso para Pessoas com Deficiência no Parque Apipucos	63
Figura 16 –	Placa informativa acerca dos serviços ofertados pelo Parque da Jaqueira	63
Figura 17 –	Brinquedo adaptado para crianças com deficiência física	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Análise dos recursos de acessibilidade e inclusão de Pessoas com Deficiência em Unidades Protegidas do Recife	60
Quadro 2 –	Análise dos recursos de acessibilidade e inclusão de Pessoas com Deficiência em Unidades Protegidas do Recife	65
Quadro 3 –	Análise dos recursos de acessibilidade e inclusão de Pessoas com Deficiência em Unidades Protegidas do Recife	67
Quadro 4 –	Análise dos recursos de acessibilidade e inclusão de Pessoas com Deficiência em Unidades Protegidas do Recife	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Distribuição percentual da população residente por tipo de deficiência	24
Tabela 2 –	Perfil dos participantes da pesquisa	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAs	Áreas de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente
EE	Estações Ecológicas
EUA	Estados Unidos da América
FURBs	Reservas de Floresta Urbana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
JB	Jardins Botânicos
JBR	Jardim Botânico do Recife
MONA	Monumento Natural
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Pessoa com Deficiência
PE	Parques Estaduais
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
RMR	Região Metropolitana do Recife
RPA	Região Político Administrativa
RPNNs	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
RVS	Refúgios da Vida Silvestre
SAP	Sistemas de Áreas Protegidas
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza
SMUP	Sistema Municipal de Unidades Protegida
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UCNs	Unidades de Conservação da Natureza
UCP	Unidades de Conservação da Paisagem

UCs	Unidades de Conservação
UEA	Unidades de Equilíbrio Ambiental
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.2	JUSTIFICATIVA	18
1.3	OBJETIVOS	19
1.3.1	Objetivo geral	19
1.3.2	Objetivos Específicos	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: CONCEITOS E ABORDAGENS	20
2.2	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ÁREAS PROTEGIDAS	24
2.3	ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL: PERSPECTIVAS PARA A ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	34
2.4	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA CIDADE DO RECIFE	41
3	METODOLOGIA	47
3.1	DESENHO DA PESQUISA	47
3.2	RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA	48
3.2.1	Jardim Botânico	48
3.2.2	O Parque da Jaqueira	50
3.2.3	Parque Apipucos	51
3.2.4	Unidade de Conservação da Natureza Dois Unidos	54
3.3	INTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	55
3.4	COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	55
3.5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
4.1	TABULAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS GESTORES	70

4.2	TABULAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA CIDADE DO RECIFE	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	81
	APÊNDICE A– CHECKLIST	89
	APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO (PCD)	90
	APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO (GESTORES)	91
	APÊNDICE D- TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	93
	ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFPE	95

1 INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação, conceituadas pela Lei nº 9.985/2000, são territórios naturais geridos de forma diferenciada, que tem como objetivo promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, a Educação Ambiental, o contato equilibrado com a natureza, o lazer e à pesquisa científica. Em grande parte, esses espaços protegidos são abertos à visitação e à contemplação de suas belezas cênicas, desde que de forma sustentável, como prevê o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000).

O turismo em áreas protegidas, uma prática que ultimamente vem crescendo em números exponenciais, tem sido associado a resultados positivos na saúde e bem-estar (OMT, 2012). O ser humano depende da natureza para desfrutar de uma variada gama de serviços ecossistêmicos, como o ar limpo e água. Igualmente importante para a saúde humana, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, 2019, p. 21) ressalta que a natureza “nutre e alimenta nossas necessidades psicológicas, emocionais, estéticas e espirituais. Por exemplo, visitantes de áreas protegidas buscam oportunidades de alegria, aventura, descanso, inspiração e criatividade, entre muitas outras motivações”.

Tais constatações são também evidenciadas pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2012), cujos dados contabilizados na América do Sul mostram fortemente a procura por destinos naturais. Países como a Argentina, Brasil e Chile são os principais receptores do turismo internacional no continente. Tal fato explica-se pelos pontos fortes naturais desses países, que são formados por uma mescla de atrativos ambientais como parques e reservas, e no caso do Brasil, devido à rica biodiversidade, reservas de água doce, com um litoral extenso e florestas preservadas (FORÚM ECONÔMICO MUNDIAL, 2018).

Nesse contexto, em âmbito brasileiro, as Unidades de Conservação (UCs), espaços cuja filosofia central é a promoção da conservação da biodiversidade em harmonia com a exploração humana (LEUZINGER, 2016), constituem destinos propícios às pessoas que optam por ter um contato direto com a natureza. Nos últimos anos, o número de visitantes nos parques e demais categorias de Unidades de Conservação Federais Brasileiras, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), cresceu exponencialmente em 327%, passando de cerca de 2,9 milhões em 2006, para 12,4 milhões no ano de 2018 (ICMBio, 2019).

Em sua maioria, como supracitado, por serem lugares fortemente procurados para a realização de práticas voltadas ao lazer e à pesquisa científica, as Unidades de Conservação se caracterizam como fortes atrativos turísticos. Com isso, cabe pontuar que entre os visitantes que frequentam esses espaços, há aqueles que apresentam algum tipo de deficiência (física,

auditiva, visual, entre outras). Tal fato lança luz sobre a importância de se promover a acessibilidade em Unidades de Conservação de Uso Sustentável para experiências turísticas exitosas para todos.

Não raro, Pessoas com Deficiência (PCD)¹ encontram dificuldades para acessar e se incluir nesses espaços haja vista que, em sua maioria, eles não são acessíveis. Assim, evidencia-se cada vez mais a necessidade de planejá-los e adequá-los, da maneira mais viável e sustentável possível, para que atenda, também, às necessidades das Pessoas com Deficiência. Isso porque, na maioria das vezes, esses espaços não são pensados e planejados para todos, de modo que a presença de determinados grupos sociais acaba se tornando inviabilizada (LIMA; MELO; MINASSE, 2019).

Com base nessa perspectiva, há ainda, que se considerar a questão econômica envolvida com a universalização da acessibilidade para todos. Possibilitar a acessibilidade em áreas protegidas, com sustentabilidade ecológica e comprometimento social, pode aumentar a visitação e, conseqüentemente, gerar mais recursos para às UCs. Lugares inclusivos e acessíveis atraem e inserem mais pessoas, especialmente àquelas que possuem algum tipo de deficiência (FARIA; CARVALHO, 2010). E para, além disso, instiga o fortalecimento do movimento de inclusão social da Pessoa com Deficiência na sociedade, garantindo a ela o cumprimento de seus direitos previstos nas legislações vigentes no país.

O Brasil possui um sistema de Unidades de Conservação abrangente. Este inclui desde áreas completamente vedadas à exploração, até outras que permitem a exploração dos recursos naturais desde que feito de forma sustentável. Algumas delas são abertas à visitação e atraem muitas pessoas para seus territórios, com especial destaque para as UCs presentes no Nordeste brasileiro (ICMBio, 2017). As áreas protegidas, presentes em território nordestino, assim como muitas das UCs brasileiras, possuem belezas cênicas exclusivas e uma rica biodiversidade.

Contudo, muitas das Unidades de Conservação presentes em território nordestino, ainda carecem de recursos e planejamento estratégico que contemplem a adoção de medidas voltadas à acessibilidade voltada a atender à Pessoa com Deficiência. Nesse contexto, a acessibilidade é um componente fundamental para a participação das Pessoas com Deficiência em espaços públicos, como as Unidades de Conservação, uma vez que ela pode ser um parâmetro muito

¹ Considera-se Pessoa com Deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015)

importante para uma experiência turística de qualidade para todos os indivíduos (OLIVEIRA, 2017).

A adoção de iniciativas que contemplem a acessibilidade da Pessoa com Deficiência, consequentemente, pode vir a corroborar com a otimização de recursos destinados a essas UCs, uma vez que esses espaços atrairão mais visitantes; à sustentabilidade, assim como com o movimento de inclusão social de Pessoas com Deficiência. Diante do exposto, a presente pesquisa se volta para a escala municipal e se propõe a responder ao seguinte questionamento: qual a situação da acessibilidade e inclusão social da Pessoa com Deficiência nas Unidades Protegidas da cidade do Recife?

A cidade do Recife possui aproximadamente 431.359 pessoas que possuem alguma deficiência, segundo dados do IBGE (2010). Tal número equivale a mais de 28% da população total da cidade. Muitas dessas pessoas procuram as Unidades de Conservação, para realização de práticas, sobretudo, voltadas ao turismo, lazer e à educação, por exemplo. Tal procura faz surgir uma demanda importante de infraestrutura e serviços que venham incluir essas pessoas nas UCs, uma vez que conforme afirma Santos (2017), os espaços públicos devem ser pensados para todos os cidadãos que habitam a cidade.

As Unidades de Conservação representam um dos principais mecanismos de fomento à conservação e preservação ambiental, bem como o adequado manejo da biodiversidade. São áreas diversas, que incluem majoritariamente, os recursos naturais e as águas jurisdicionais. Estas áreas são detentoras de relevantes características e atributos naturais que foram instituídas legalmente pelo Poder Público (federal, estadual ou municipal).

Assim sendo, a principal hipótese levantada nessa pesquisa é a de que, apesar de a Constituição Federal e de o Estatuto da Pessoa com Deficiência assegurarem o direito à acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços públicos e de uso comum, a acessibilidade e a inclusão social ainda não é uma realidade em boa parte desses espaços, em particular, nas Unidades Protegidas presentes na cidade do Recife.

1.1 JUSTIFICATIVA

O presente estudo faz-se pertinente no campo da pesquisa científica brasileira devido à sua relevância social e ecológica. No que se refere ao aspecto social, essa pesquisa tem potencial para fornecer subsídios técnicos, teóricos e metodológicos para estimular o aprimoramento de iniciativas e planejamentos mais eficazes do espaço público voltado à sociedade e às Pessoas com Deficiência, em especial. Isso porque, através da integração dos pesquisadores e sociedade,

a geração de informações e dados estratégicos pode fazer com que as vozes e os apelos das Pessoas com Deficiência sejam ouvidos pelo poder público.

Já no que tange ao aspecto ecológico é pertinente ressaltar que, como já foi aqui abordado, as Unidades de Conservação são importantes espaços e destinos atrativos para a realização de práticas voltadas ao turismo, à pesquisa científica e à visitação (ICMBio, 2012). Mediante essas constatações, a presente pesquisa pode contribuir com a otimização e disponibilidade de informações que permitam a gestão desses espaços adotar e executar iniciativas que promovam o planejamento ambiental, da maneira menos impactante possível ao meio ambiente, mas que sejam eficazes para promover espaços mais acessíveis e equitativos para todos.

Assim essa pesquisa poderá respaldar ainda, a partir da literatura científica, a importância do fomento à promoção da acessibilidade e da inclusão social da Pessoa com Deficiência em UCs, especialmente àquelas presentes no Nordeste brasileiro. Isso porque, em meio às novas tendências e movimentos que lutam pela inclusão da PCD na contemporaneidade, é essencial que se tenha estudos respaldados na literatura científica que elucidem a importância da acessibilidade e inclusão social em UCs de modo que as informações advindas dessa pesquisa permita ao poder público à otimização e planejamento de ações voltadas a esse público.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar a situação das Unidades Protegidas na cidade do Recife quanto à acessibilidade e inclusão social das Pessoas com Deficiência.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Diagnosticar a situação de quatro Unidades Protegidas da cidade do Recife no que toca à acessibilidade;
- Investigar a percepção das pessoas com deficiência que frequentam as Unidades Protegidas acerca de temas relacionados à inclusão e acessibilidade nesses espaços;

- Discutir os fatores que dificultam a gestão das Unidades Protegidas na aplicação de iniciativas voltadas à inclusão e à acessibilidade em Unidades Protegidas na cidade do Recife.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: CONCEITOS E ABORDAGENS

Ao decorrer da história da humanidade as Pessoas com Deficiência foram recorrentemente excluídas do direito de se inserir em sociedade. Com o avançar das lutas e dos movimentos reivindicatórios por mais igualdade de direitos e de oportunidades, obteve-se em todo o mundo novas abordagens e discussões sobre como se abordar e se tratar a deficiência. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009) propôs o conceito de deficiência que reconhece a experiência da opressão sofrida por essas pessoas.

O novo conceito aborda e supera a ideia de impedimento como sinônimo de deficiência e reconhece na restrição de participação e no não exercício da cidadania, o fenômeno determinante para a identificação da desigualdade pela deficiência (SANTOS, 2012). A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, um importante documento instrumento internacional de direitos humanos, protegeu e assegurou os direitos e a dignidade das Pessoas com Deficiência em todo o mundo. Tal documento foi resultante de um período de mobilização internacional em prol da luta das Pessoas com Deficiência que reivindicavam, sobretudo, a luta por mais igualdade (CAIADO, 2009).

No Brasil, o tratado foi incorporado à legislação como marco constitucional. Segundo o Decreto 6.949/2009 e, como tal, suas diretrizes determinam a mudança conceitual da deficiência e da terminologia “portadores de deficiência” para Pessoas com Deficiência (PCD) (BRASIL, 2009). Isso representa um importante marco para as PCD no Brasil, pois conforme afirma Rodrigues e Capelline (2013, p. 09) é importante:

Reconhecer que a deficiência é um conceito em evolução e que as barreiras estão associadas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidade com as demais pessoas inseridas na sociedade civil.

Como supracitado, a deficiência é um conceito que se apresenta em constante transformação. As discussões concernentes ao envolvimento da Pessoa com Deficiência na vida comunitária dependem da sociedade e de seus atores assumirem a responsabilidade no processo de inclusão, tendo em vista que a deficiência é também uma construção social. Esse novo

conceito não fica restrito apenas a atributos biológicos, pois se refere à interação entre a pessoa e as barreiras ou os elementos facilitadores existentes nas atitudes e na provisão de acessibilidade e de tecnologia assistiva (BRASIL, 2009).

Em outras palavras, o conceito de Pessoa com Deficiência que consta na Convenção difere e supera as legislações tradicionais que normalmente enfocam o aspecto clínico da deficiência. As limitações físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais passam a ser consideradas atributos das pessoas, que conforme aponta Barbosa (2016, p.32): “podem ou não gerar restrições para o exercício dos direitos, dependendo das barreiras sociais ou culturais que se imponham aos cidadãos com tais limitações”.

No Brasil, a promulgação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, popularmente conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa uma significativa conquista social, por salientar e garantir no ordenamento jurídico pátrio do país importantes diretrizes que elucidem a importância da adoção de medidas inclusivas e de acessibilidade, que se alinham e contemplam a dignidade da Pessoa com Deficiência. Notadamente, conforme pontua Costa (2015, p.173): “em sua vertente que pugna pela observância da isonomia em caráter substancial, com o escopo de assegurar a garantia plena dos direitos desses agentes especiais”, é importante que se considere a Pessoa com Deficiência aquela que:

Tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 02).

Frente ao exposto, é importante que se leve também em consideração a importância de se ter um acompanhamento de uma equipe multidisciplinar que assegure uma avaliação efetiva e mais precisa, quando necessária, para que a Pessoa com Deficiência possa gozar de seus direitos assegurados e previstos de maneira inalienável na legislação do país. Para tanto, conforme prevê a Lei nº 13.146/2015 será realizada uma avaliação biopsicossocial para que seja constatada a situação de deficiência que leve em consideração os aspectos previstos na legislação do país para que assim a pessoa com Deficiência possa gozar de seus direitos.

Esta avaliação deve ser realizada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar que considerará: os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; a restrição de participação (BRASIL, 2015).

A partir disso, é importante que se trace estratégias que beneficiem, tratem e incluam as Pessoas com Deficiência em todos os setores da sociedade civil, de forma que o direito a

igualdade social previstos na Constituição Brasileira e no Estatuto da Pessoa com Deficiência, seja de fato posto em prática resultando assim no rompimento de barreiras. A propósito, quando se fala em barreiras é importante que se compreenda que elas são, segundo o artigo 3º da Lei nº 13.146/2015:

IV – qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança (BRASIL, 2015, p.01).

Além disso, é importante que se compreenda, de que maneira e em que medida essas barreiras podem afetar a vida da Pessoa com Deficiência. Nessa perspectiva, é válido pontuar que isso pode ocorrer de diversificadas formas. As barreiras podem estar presentes na exclusão e na pouca representatividade da PCD em espaços de poder, na falta de acessibilidade em lugares e transportes públicos, entre outros. Para que se possa compreender como se estrutura esses processos, é essencial que se elucide como se estruturam essas barreiras. Para tanto, a Lei Brasileira de Inclusão as classifica como:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, 2015).

Frente a isso, é importante salientar que as barreiras se caracterizam como verdadeiros empecilhos para o alcance pleno da inclusão social. E eliminá-las é importante para que se possa construir uma sociedade mais justa e igualitária. Isso significa dizer que o meio é responsável pela exclusão imposta às Pessoas com Deficiência. Frente isso, é importante que se entenda, portanto, que a deficiência também é uma questão coletiva e de ordem pública, e é obrigação dos países de todo o mundo proverem iniciativas e políticas públicas que efetivamente garantam o exercício e respeito aos direitos humanos.

Para tanto, é importante que se leve em consideração a concepção da inclusão social como um mecanismo essencial para a edificação de uma sociedade cidadã. A noção de inclusão perpassa pela importância da inserção de mecanismos de acessibilidade em novos espaços,

políticas, programas, produtos e serviços (LOPES, 2014). E isso é de suma relevância para que possa se traçar políticas universais e inclusivas, para que não mais se construam obstáculos que impeçam a participação das Pessoas com Deficiência.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016) Pessoas com Deficiência representam aproximadamente 15% da população mundial, o que equivale a cerca de um bilhão de habitantes, conforme informações divulgadas no Relatório Mundial sobre a Deficiência. Trata-se da maior minoria do planeta, segundo a OMS, fato suficiente para que o segmento tenha seus direitos assegurados e necessidades específicas levadas em conta nas políticas públicas.

Quando se fala em minoria social é importante que se compreenda um pouco de suas abordagens e conceitos. Isso se torna necessário nesta dissertação para que se possam entender as classificações nas quais as PCD estão inseridas. Em uma primeira abordagem e do ponto vista sociológico, as minorias sociais podem ser caracterizadas como:

Grupos cujos membros têm menor controle sobre suas próprias vidas do que os membros dos grupos hegemônicos. As ditas minorias sociais experimentam uma grande redução nas oportunidades de trabalho e educação que são consideradas importantes do ponto de vista dos grupos que se colocam como majoritários (SOUZA, 2012, p. 20).

Mediante ao exposto, cabe pontuar que alguns aspectos evidenciados na abordagem de Santos (2012) acerca da carência das oportunidades de acesso a uma educação de qualidade, por exemplo, são vivenciados pelas PCD no Brasil. E isso é constatado nas taxas de analfabetismo, desemprego e baixa renda que impactam os indicadores de desenvolvimento humano negativamente. No Brasil, o resultado obtido no Censo IBGE (2010) evidenciou que 23,9% dos brasileiros, aproximadamente 45 milhões de pessoas, possuem alguma deficiência segundo o conceito de funcionalidade.

Nas estatísticas elaboradas e divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) foram levados em consideração todos os tipos e graus de deficiência de acordo com o desempenho nas atividades e domínios pesquisados pelo órgão: alguma dificuldade, grande dificuldade ou não ser capaz de caminhar e subir escadas, enxergar, ouvir ou apresentar deficiência mental/intelectual (IBGE, 2010). Na Tabela 1, pode-se encontrar algumas informações cruciais acerca do perfil da Pessoa com Deficiência no Brasil.

Tabela 1- Distribuição percentual da população residente, por tipo de deficiência.

Sexo e grupos de idade	Distribuição percentual da população residente (%)						
	Total (1) (2)	Tipo de deficiência					
		Pelo menos uma das deficiências enumeradas (1)	Visual	Auditiva	Motora	Mental ou intelectual	Nenhuma destas deficiências (3)
Total	100,0	23,9	18,8	5,1	7,0	1,4	76,1
0 a 14 anos	100,0	7,5	5,3	1,3	1,0	0,9	92,5
15 a 64 anos	100,0	24,9	20,1	4,2	5,7	1,4	75,0
65 anos ou mais	100,0	67,7	49,8	25,6	38,3	2,9	32,3
Homens	100,0	21,2	16,0	5,3	5,3	1,5	78,8
0 a 14 anos	100,0	7,3	4,8	1,4	1,0	1,0	92,7
15 a 64 anos	100,0	22,2	17,1	4,5	4,5	1,6	77,8
65 anos ou mais	100,0	64,6	47,3	28,2	30,9	2,8	35,4
Mulheres	100,0	26,5	21,4	4,9	8,5	1,2	73,5
0 a 14 anos	100,0	7,8	5,9	1,3	1,0	0,7	92,2
15 a 64 anos	100,0	27,6	23,1	4,0	6,8	1,2	72,4
65 anos ou mais	100,0	70,1	51,7	23,6	44,0	3,0	29,9

Fonte: IBGE 2010.

Ademais, é importante pontuar que, ao contrário de outras minorias sociais visivelmente homogêneas e com necessidades em comum, as Pessoas com Deficiência têm na sua própria diversidade uma de suas mais evidentes características: o pluralismo social e biológico (CAMARGO, 2012). É válido salientar, sobretudo, que nesses debates e discussões a inclusão social e à acessibilidade devem ser as palavras-chave para a edificação de sociedades, espaços e políticas públicas mais igualitárias e equitativas que respeitem o pluralismo desse grupo.

2.2 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ÁREAS PROTEGIDAS

Para se discutir abordagens relativas à acessibilidade e inclusão social de Pessoas Com Deficiência em espaços naturais, de maneira holística e fundamentada, é essencial abranger questões históricas, filosóficas e sociológicas que permeiam a trajetória desse grupo em suas lutas e conquistas pela inclusão social e igualdade de oportunidades na sociedade (GARCIA, 2010). Para tanto, convém, antes de tudo, resgatar quais movimentos e lutas travados em prol das Pessoas com Deficiência buscavam proporcionar a inclusão social e acessibilidade a elas, seja no âmbito educacional, nos espaços públicos, nos espaços de poder.

A palavra acessibilidade vem do latim *accessibilite*, que segundo o dicionário Michaelis, significa facilidade de acesso, de obtenção. Atualmente, em marcos legais, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) ressalta em seu art. 3º, inciso I, o conceito de acessibilidade nos seguintes termos:

I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas tecnológicos, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p.02).

A acessibilidade pode ser compreendida, portanto, como uma possibilidade e alternativa para que a pessoa com deficiência, ou com mobilidade reduzida, possa desfrutar dos espaços e neles se sentirem incluídos com autonomia e segurança. Assim, com a presença de uma efetiva acessibilidade nos lugares públicos, a pessoa com algum tipo de deficiência, que os frequenta, se revestiria de maior autonomia, sentir-se-ia mais confiante e gozaria do seu direito à igualdade. Como ressaltado nas palavras de Prado (2003, p. 278):

O objetivo da acessibilidade é proporcionar a todos um ganho de autonomia e mobilidade, principalmente àquelas pessoas que tem sua mobilidade reduzida ou dificuldade de comunicação, para que possam usufruir dos espaços e das relações com mais segurança, confiança e comodidade.

A acessibilidade caracteriza-se, também, como um instrumento necessário para a eliminação das barreiras sociais, as quais impedem o pleno exercício de direitos por parte das Pessoas com Deficiência. É através dela que tal grupo de indivíduos se insere na sociedade em áreas estratégicas, como educação, lazer e saúde, por exemplo. Nessa perspectiva, é importante pontuar que a acessibilidade é um importante passo rumo à inclusão social, uma vez que, conforme afirma Sassaki (1999, p. 32):

A inclusão social é um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. E é por meio da integração entre poder público e sociedade que serão solucionados conflitos e problemas de bem comum.

A partir dos dizeres de Sassaki, pode-se então conceber a ideia de inclusão social como um conjunto de medidas direcionadas a indivíduos excluídos historicamente do meio social, seja por alguma deficiência física ou mental, cor da pele, orientação sexual, gênero ou poder aquisitivo. Dessa maneira, o objetivo dessas ações é possibilitar que todas as pessoas, enquanto

cidadãos venham a ter oportunidades de acesso a bens e serviços, como saúde, educação, emprego, renda, lazer, cultura, entre outros (MANTOAN, 2006).

A busca pela acessibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência permeia a história do mundo. A segregação que elas enfrentam historicamente é um problema que as afastam do pleno direito à igualdade e oportunidades. Sampaio e Sampaio (2009) pontuam a escassez de registros sobre o tema desde os primórdios na literatura. O conhecimento que se tem do assunto no período antigo, e em parte da Idade Média, advém da pouca literatura da antiguidade e posteriormente dos textos bíblicos.

Beyer (2005) ao contextualizar o assunto nesse período, enfatiza o papel da mitologia na exclusão de pessoas tidas e vistas como “diferentes”. Para os gregos na época, crianças que nasciam com algum tipo de deficiência haviam sido castigadas e rejeitadas pelos deuses, e por esse motivo deveriam ser deixadas de lado. Para além da mitologia, o processo de exclusão das pessoas com necessidades especiais estava presente também entre os estudiosos e pensadores da época.

Platão, em seu livro “A República”, incitava a rejeição às Pessoas com Deficiência. O ideal, tido como padrão de ser humano na sociedade grega prezava pela “perfeição” e “harmonia” dos corpos. Desse modo, qualquer um que fugisse ao estereótipo era motivo de banimento do convívio social. Na Idade Média, cabe pontuar que as incapacidades físicas passam a ser vistas de maneira diferente: o cristianismo pregava que as Pessoas com Deficiência fossem dignas de piedade e compaixão. Além disso, promoveu a criação de espaços onde essas pessoas fossem cuidadas, assegurando-lhes a proteção à vida, ainda que separados da sociedade dos normais. É nesse período que:

Inicia-se o processo de institucionalização da pessoa com deficiência e ao mesmo tempo surgem espaços de segregação, lugares onde eram depositados os pobres, doentes, os deficientes. Fazendo assim com que a equidade social estivesse cada vez mais distante (GALVÃO FILHO, 2009, p. 87).

A criação de espaços para abrigar grupos tidos e considerados como “diferentes”, segundo Aranha (2001), criou ambientes mais segregadores e reforçou ainda mais os rótulos de discriminação. Essa lógica perdurou por quase toda a Idade Média. Tal situação começou a mudar com a queda do feudalismo e a queda de Constantinopla em 1453. Segundo Gurgel (2007), esse momento: “faz inaugurar um novo momento para as pessoas com deficiência, quando estes: deveriam ser envolvidos no sistema de produção, ou assistidos pela sociedade, que contribuía compulsoriamente para tanto”.

O Renascimento inaugura, assim, um novo período permeado por novos pensamentos e novas perspectivas em todas as áreas do conhecimento. Um pensamento humanista torna-se a referência social, a reflexão crítica e a lógica científica trazem à tona ideias e perspectivas diferentes de olhar para a deficiência. Ocorre a quebra de ideais segregacionistas e emergem novas possibilidades de tratamentos e mecanismos que venham a promover a integração e inclusão social (ANJOS, 2015).

A Revolução Francesa e industrial, que ocorreram na Idade Moderna, fizeram emergir novas perspectivas com relação a como se lidar com a deficiência. Isso porque, a partir da evolução científica ocorrida no período, pôde-se compreender mais sobre o assunto, avançar em estudos sobre o tema e ter acesso a tratamentos. Com isso:

Teve-se também uma nova concepção acerca das anomalias de origem genéticas, como também das deficiências oriundas das mutilações ocasionadas pelas guerras e pela nova forma de produção de bens de capital que se instala na Europa entre os Séculos XV e XVIII (ARAÚJO, 2015, p. 45).

Diante dessa contextualização, cabe pontuar que com o passar do tempo os movimentos em prol dos direitos das Pessoas com Deficiência foram tratados com mais cuidado e seriedade, principalmente a partir do século XX e XXI. Dois marcos importantes foram a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 10 de dezembro de 1948, e a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes de 09 de dezembro de 1975, pela Organização das Nações Unidas (SANTOS, 2017).

A promulgação desses dois importantes documentos fomentou em todo mundo a importância de promover o acesso à dignidade e à igualdade de direitos e oportunidades como passos imprescindíveis para a efetiva participação das pessoas com deficiência na sociedade civil (SANTOS, 2017). Tal marco representa a importância da articulação social em prol de causas humanísticas que assegurem o bem-estar social e o respeito à diversidade.

Além disso, a ONU, em 03 de dezembro de 1982, elaborou, por intermédio da Resolução 37/52, um programa de ação mundial para as Pessoas com Deficiência, buscando abordar e elencar algumas iniciativas que poderiam vir a garantir mais igualdade a esse grupo. Esse programa estabeleceu diretrizes norteadoras para ações nacionais em países de todo o mundo que estimulassem a participação de Pessoas com Deficiência na tomada de decisões, reabilitação, equiparação de treinamento de pessoal e educação do público. Foi citado também a importância de iniciativas internacionais que abarcassem e aplicassem os direitos humanos, a cooperação técnica e econômica entre países, por exemplo.

Em 14 de dezembro de 1993 surgem as “Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência” da ONU, emitidas através da Resolução 48/96, consistindo de requisitos, normas e medidas de implantação para a igualdade de participação em acessibilidade, educação, emprego, renda, integridade pessoal, políticas econômicas e em outras áreas pertinentes que representam ganhos significativos para a igualdade social da Pessoa com Deficiência.

Outro marco importante foi a promulgação da Declaração de Salamanca pela ONU, em 10 de junho de 1994. Ela contemplou e estabeleceu os procedimentos padrões das Nações Unidas para proporcionar a igualdade de oportunidades para Pessoas com Deficiência. Todos esses acontecimentos para além da realização de conferências, também estimularam a elaboração de documentos normativos e nortearam países de todo o mundo a pensar, e consequentemente, elaborar e efetivar políticas públicas que garantissem às Pessoas com Deficiência, enquanto cidadãos, seus direitos inalienáveis.

Tais atos marcam o despertar de uma nova era marcada pelas lutas à igualdade de oportunidades, sejam elas no acesso à educação, à saúde e ao lazer, todos caracterizados pela acessibilidade. Assim, sociedades de todo o mundo passam a se organizar e se adaptar, estruturalmente, para o planejamento e consequente aplicabilidade de iniciativas relativas à acessibilidade. Um ponto que merece destaque é a promoção da Educação Inclusiva em escolas do ensino regular com a presença de intérpretes de língua de sinais para deficientes auditivos, além da implantação de mecanismos como rampas, corrimãos em espaços públicos para pessoas com problemas de mobilidade.

Além disso, um dos marcos que merecem destaque, a partir dessa perspectiva, é o planejamento voltado à acessibilidade e inclusão das Pessoas com Deficiência em espaços naturais para a contemplação da natureza. A razão disso é que esses lugares, segundo a OMT (2010), atraem uma grande diversidade de turistas e entre eles pessoas com deficiência para a realização de práticas de lazer, pesquisas científicas e práticas recreativas.

A criação das áreas protegidas em âmbito mundial foi uma das principais estratégias para preservação dos ecossistemas e consequente conservação da natureza, com especial destaque para países que sofrem com intensa degradação ambiental e exploração desordenada dos recursos causada pelas ações antrópicas. Segundo Miller (1997, p.45): “A delimitação de áreas com vistas a preservação de seus atributos naturais evoluiu ao longo da história a partir de suas raízes em atos e práticas das primeiras sociedades humanas”.

Em uma abordagem holística e histórica que as práticas de constituição de um espaço natural remetem ao período da Idade Média. Segundo Rocha (2002), isso ocorria desde quando

alguns reis separavam pequenos lotes de terra para proteção de determinadas espécies. Na Europa Medieval, a palavra “parque” era imediatamente associada a um local determinado onde os animais viviam sob a responsabilidade do rei, e segundo Bennett (1983), na Inglaterra há registros sobre a existência dessas áreas já nos tempos da invasão saxônica, em 1066.

A conservação da maioria das áreas naturais estava diretamente relacionada aos interesses e perspectivas das pessoas tidas como nobres. O objetivo principal da conservação dessas áreas estava centrado na manutenção dos recursos da fauna e flora, para fins de caça, ou a proteção de recursos naturais para uso imediato e medicinal, assim como o estabelecimento da agricultura (LEUZINGER, 2016). No entanto, segundo Morsello (2001), nas Américas especificamente na América do Sul, no Peru, a civilização Inca impôs limites sazonais e físicos à exploração e prática da caça de determinadas espécies para a sua etnia em seus territórios.

Na América do Norte, a criação e institucionalização do Parque Nacional de *Yellowstone* foi um dos marcos que estimulou a disseminação das áreas protegidas em todo o mundo (BARRETTO FILHO, 2004). A criação de *Yellowstone* e de outros parques em contexto mundial é permeada por uma fase em que o Estado passa a exercer fundamental importância no processo de gestão e implantação dessas áreas protegidas. Tais iniciativas adotadas pelo poder público, além de proteger ecossistemas, protegem também as populações tradicionais que vivem nesses locais em alguns casos.

Há diversos tipos de áreas protegidas. Cada uma delas possui objetivos distintos, e sua nomenclatura, segundo Scherl et al. (2006), varia conforme o país. Para a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN, 2013, p.05) as áreas protegidas são: um “espaço geográfico claramente definido, reconhecido e mapeado, através de instrumento legal ou outros meios efetivos, para alcançar a conservação da natureza em longo prazo, com serviços ecossistêmicos associados e valores culturais”.

Rook (2013) afirma que esses lugares atraem muitas pessoas com deficiência para seus territórios devido à sua capacidade de promover, sobretudo, satisfação emocional e bem-estar, e por isso são frequentemente destinos almejados para férias ou lazer por oportunizarem sensações e experiências restauradoras. Assim, quando há a preocupação de se promover mecanismos de acessibilidade nesses lugares, assegura-se o acesso a um direito inalienável previsto no artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: o lazer.

A procura por lugares naturais é crescente em âmbito mundial (OMT, 2016). Stevens (2010) salienta que a frequência às áreas naturais, primordialmente para a contemplação da natureza, é altamente benéfica à saúde. Estudos publicados por Hartig (2008), no periódico *The Lancet*, reforçam ainda mais os benefícios do estar em contato com ambientes naturais para a

saúde humana, como a redução dos níveis de estresse e maior produção de hormônios ligados a felicidade e bem-estar como a Dopamina e Serotonina.

Além dos supracitados, Berman, Jonides e Kaplan (2015) ressaltam também a diminuição de sintomas relacionados a ansiedade e melhoras significativas das funções cognitivas (memória, atenção, linguagem, percepção e funções executivas). Além disso, pesquisas realizadas por Berto (2014) mostram, também, que pessoas cujos trabalhos se dão em locais de com maior contato com a natureza relatam menos queixas de saúde e menos dias de afastamento por doença.

Tais constatações fazem com que esses lugares sejam cada vez mais procurados por todos os seres humanos (BERMAN; JONIDES; KAPLAN, 2015). Nos Estados Unidos (EUA), a criação do primeiro Parque Nacional, o de *Yellowstone* (Figura 1) em 1872, expressava bem a concepção e associação de uma área natural dedicada ao prazer, à contemplação das belezas cênicas naturais e ao bem-estar. Todas essas associações fazem o número de turistas crescerem exponencialmente em áreas naturais como o parque de *Yellowstone*, e isso faz com que esses ambientes se adaptem estruturalmente com a construção de rampas, disponibilização de pessoal e de tecnologia, da forma mais sustentável possível, para receber a demanda de turistas, entre eles turistas com deficiência, como ilustrado na imagem abaixo.

Figura 1- Infraestrutura para turistas com deficiência física no Parque de *Yellowstone*, EUA.



Foto: *New Mobility Magazine*, 2018.

O parque de *Yellowstone* não foi a primeira área natural protegida que atraiu uma gama de turistas para seu território. Cabe pontuar que, em 1832, as fontes termais de *Hot Springs*, no estado do Arkansas, também haviam se tornado um dos lugares mais procurados dos Estados Unidos. Ela é uma área de domínio pública e protegida por contar com uma rica diversidade de plantas que são utilizadas para fins medicinais (SERRANO, 1993).

Algumas áreas são criadas para serem refúgios da vida silvestre. Tal fato consequentemente atrai a curiosidade de muitas pessoas dispostas a conhecer espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção daquele local, fazendo assim com que haja uma demanda de equipamentos de acessibilidade para receber esses turistas. Para a recepção de pessoas em seus territórios, a gestão dessas áreas protegidas deve dispor de um planejamento estratégico, com infraestruturas que permitam a acessibilidade (Figura 2) de pessoas que, eventualmente possam ter alguma dificuldade de locomoção e/ou deficiência.

Figura 2 - *Hot Springs* nos EUA.



Foto: Ashley Waymouth, 2020.

O turismo tem sido uma atividade cada vez mais comum nas áreas naturais, por agregar não somente o lazer e o entretenimento, mas também a sensibilização dos visitantes quanto ao uso sustentável e preservação dos recursos ambientais. Além disso, a intensificação do turismo nesses lugares induz a uma discussão do planejamento estratégico e estrutural para atrair um maior número de visitantes. Nessa perspectiva, a acessibilidade desses espaços ganha cada vez mais notoriedade, uma vez que o turismo acessível vem ganhando cada vez mais adeptos em âmbito mundial.

A propósito, quando se fala em turismo acessível é essencial pontuar que a origem de tal nomenclatura assenta no reconhecimento do turismo como um direito essencial aos cidadãos, e que ele pode corroborar para o desenvolvimento social e econômico de um país, conforme preconizado na declaração de Manila. Para Darcy (2010) o turismo acessível pode ser caracterizado, sobretudo, como “o conjunto de serviços e infraestruturas capazes de permitir às pessoas com necessidades especiais apreciar as suas férias e tempos de lazer, sem barreiras ou problemas particulares”.

Com abordagens similares Pérez e Velasco (2007) definem turismo acessível como um “tipo de turismo que garante o uso e desfrute do turismo por todas as pessoas que apresentam

alguma disfunção física, psíquica ou sensorial”. Em outra perspectiva, Darcy e Dickson (2009, p. 45), determinam que turismo acessível:

É uma forma de turismo que permite que pessoas com requisitos de acesso, incluindo a mobilidade, visão, audição e dimensões cognitivas, a possibilidade de participarem de forma independente, com equidade e dignidade, através de ambientes, produtos e serviços turísticos, com design universal.

Tratar de tal temática é de suma importância no mundo contemporâneo, uma vez que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 15% da população mundial (1 bilhão de pessoas) possui alguma deficiência. Portanto, a acessibilidade para todos, em instalações, transportes, destinos, produtos e serviços turísticos devem ser parte essencial de qualquer política de turismo responsável e sustentável. Afinal, conforme pontua Coelho (2014, p.35): “A acessibilidade não diz respeito apenas aos direitos humanos. É também uma oportunidade de negócio para destinos e empresas acolherem todos os visitantes e aumentarem as suas receitas”.

Com a pandemia de Covid-19 no ano 2020, segundo a OMT (2020), os fluxos internacionais de turistas tiveram um decréscimo significativo em cerca 22% , o que englobou severamente as pessoas com deficiência. Com isso, A OMT divulgou no dia Internacional das Pessoas com Deficiência, o Guia de Recuperação Inclusiva da OMT: Impactos Socioculturais do Covid-19 para Pessoas com Deficiência. O guia evidencia enfaticamente que Pessoas com Deficiência encontram barreiras que as impedem de gozar de maneira satisfatória das experiências associadas ao turismo, principalmente durante o período pandêmico.

Em âmbito brasileiro, cabe destacar que o turismo também foi impactado pela pandemia. O Arquipélago de Fernando de Noronha, um dos lugares mais visitados por turistas do mundo todo, experienciou um decréscimo exponencial de turistas e visitantes durante a crise. Com base nesses pressupostos, Paixão, Cordeiro e Leite (2021) evidenciaram em seus manuscritos que a gestão pública do Arquipélago não estava preparada para lidar com a crise provocada pela pandemia e seus impactos.

Quando houver o fim da pandemia e o reaquecimento da atividade turística, a organização disserta e sugere os passos que governos, destinos e empresas podem e devem tomar para retomar melhor a atividade turística, de maneira mais inclusiva e competitiva. Entre eles destacam-se:

Inclusão no turismo pós-pandemia: Incluindo o uso eficaz de dados para orientar as decisões sobre o planejamento do turismo acessível e ajustando as políticas e estratégias de acessibilidade para refletir as realidades pós-Covid-19;

Acessibilidade no planejamento de negócios: Tratar a acessibilidade como uma vantagem competitiva, melhorando o atendimento ao cliente e a aplicação de padrões internacionais harmonizados para melhorar a qualidade de vida de todos;

Formação e inclusão de pessoal: alargar a formação profissional para melhor atender turistas com diferentes aptidões e garantir a igualdade de oportunidades na força de trabalho do turismo (OMT, 2020, p 07).

A partir disso, e com a aplicabilidade desses mecanismos, um maior número de turistas e visitantes será beneficiado, principalmente quando se trata de destinos turísticos associados à natureza, pois conforme Azevedo, Pinheiro e Soares (2010, p. 337):

A atividade turística quando vista e planejada como um evento, fato, ou conjunto de relações que envolvem infinitas facetas do existir humano, valoriza o atrativo natural e sai da superficialidade comercial para um espaço qualitativo de reflexão, de reencontro entre o homem e o meio ambiente.

No Brasil, a preocupação com ambientes protegidos remete à criação do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, em 1808. Seguindo a lógica de criação desses lugares, a partir de *Yellowstone* (EUA), o Brasil, assim como outros países, criou áreas protegidas para conservar diferentes ecossistemas e proteger as populações indígenas. A partir da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), Lei N° 6.938/81, foi criado, em 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) reunindo diferentes áreas de proteção em dois grandes grupos, as de Proteção integral e as de Uso Sustentável.

2.3 ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL: PERSPECTIVAS PARA A ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Para que se possa ter uma noção mais detalhada sobre o processo de criação e institucionalização das Unidades de Conservação no Brasil, é essencial analisar seu contexto histórico e discussões que levaram ao seu estabelecimento em território nacional. Nessa perspectiva, cabe salientar que, apesar de hoje haver um consenso quanto ao propósito da criação das áreas protegidas voltados à conservação e à preservação ambiental, os objetivos iniciais e originais dos parques e reservas eram múltiplos e complexos, e muitas vezes, distantes da orientação para a conservação da natureza.

Para Araújo (2012) os primeiros passos registrados em relação à criação de áreas protegidas, que foram os parques nacionais no Brasil, iniciaram-se ao final do século XIX. No ano de 1876, André Rebouças, renomado engenheiro na época, sugeriu que fossem criadas áreas (as quais ele denominava de parques nacionais) em dois locais: Ilha do Bananal no estado de

Tocantins e em Sete Quedas no estado do Paraná, ambos com interesses particulares para o cultivo da agricultura e outras atividades.

Segundo Barbieri (2004), no Brasil a preocupação com o ambiente ganha atenção do poder público na década de 1930. As primeiras iniciativas que existiam até então eram pouco significativas, e se atingiam algum objetivo de cunho prático, era quase sempre de forma subalterna a outras ações. A primeira Unidade de Conservação, criada no Brasil, em 1937, foi o Parque Nacional de Itatiaia. A partir da década de 1970, as Unidades de Conservação passaram a receber maior atenção por parte do governo federal, motivado pelo próprio contexto mundial em favor da conservação ambiental.

Em 1950, foi enviado ao Congresso Nacional o chamado “Projeto Daniel de Carvalho”, por meio da mensagem presidencial 04/1950, propondo um novo Código Florestal que corrigisse as deficiências do Código de 1934. Tal projeto, por sua vez, passou por um longo período de debates no Congresso Nacional, tendo sido aprovado somente em 1965, através da Lei nº 24 4.771/65, que previa a criação de Parques Nacionais, Florestas Nacionais e Reservas Biológicas (BRASIL, 1965).

Essa lei é considerada pelos grandes especialistas da área do Direito Ambiental como um dos melhores códigos florestais já existentes no mundo. Isso também se deve ao fato da maioria das leis ambientais também terem sido recepcionadas pela Constituição Federal (CF) de 1988, uma constituição cidadã e que levou em consideração os direitos sociais e ambientais. Neste sentido, Milaré (2011, p.184), afirma que “A Constituição de 1988 pode muito bem ser denominada “verde”, uma vez que há destaques interessantes e relevantes concernentes à proteção do meio ambiente em seu escopo”.

A Carta Magna de 1988 enfatiza a importância de se viver em harmonia com a natureza, de modo que seja assegurado e garantido um meio ambiente ecologicamente equilibrado, economicamente viável e socialmente justo. Além disso, a carta, por meio do seu art. 3º, prevê os objetivos da República, dentre os quais está o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade e de todos (BRASIL, 1988). A partir desse momento foram criadas legislações federais, as quais estabeleceram políticas e conselhos de desenvolvimento e controle do meio ambiente.

A Constituição Federal de 1988, de fato, representa um grande passo para a consolidação de um direito fundamental: um meio ambiente equilibrado. Tal fato representa um salto importante em relação ao fomento e importância da proteção ambiental e principalmente de punição a crimes cometidos contra o meio ambiente (LEUZINGER; VARELLA, 2008).

Um dos maiores avanços na legislação ambiental brasileira é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que é uma ferramenta de apoio aos gestores e tomadores de decisão em nível local, regional e federal. Para Araújo (2012), o SNUC representa para além de um importante mecanismo para conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, a geração de emprego e renda, em busca do desenvolvimento e da efetiva melhoria na qualidade de vida das populações locais.

O SNUC foi instituído e promulgado através da lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. É a principal referência na criação e gestão de áreas protegidas no Brasil. Ao todo são doze categorias de Unidades de Conservação, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos. De acordo com o SNUC, as Unidades de Conservação são:

Espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 02).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, como o seu próprio nome indica, busca a gestão sistêmica e holística das Unidades de Conservação em suas diretrizes. E isso fica evidente ao se ler seus objetivos. A propósito, é válido salientar que o SNUC tem como objetivos em seu art. 4º:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de 25 ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais (BRASIL, 2000, p.02)

As Unidades de Conservação (UCs) do Brasil foram criadas com o intuito de, sobretudo, promover a conservação da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens da ação predatória antrópica (BRASIL, 2000). Com o passar dos anos, as UCs distribuídas no território brasileiro foram buscando atender a outros objetivos além dos supracitados, e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação passou a englobar antigas e novas áreas, as quais foram definidas em dois grupos principais: Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável (BRASIL, 2000).

As Unidades de Proteção Integral foram criadas como intuito de assegurar a preservação da natureza, restringindo, desse modo, o uso de seus recursos de forma direta, ou seja, o uso que não envolve o consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais existentes. Já as

Unidades de Uso Sustentável possuem a finalidade de contribuir com a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais existentes (BRASIL, 2000).

Cabe ressaltar que cada categoria de UC possui normas previstas no SNUC, quanto à possibilidade ou não de visitação pública no local. Nas Estações Ecológicas e Reservas Biológicas, a visitação pública é proibida, exceto quando com objetivo educacional (BRASIL, 2000). Nas demais categorias de UCs de Proteção Integral, a visitação pública é permitida, porém está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e aquelas previstas em regulamento (BRASIL, 2000).

As Unidades de Conservação, assim como os demais espaços do território nacional, são objetos de ações humanas e servem de produto para reprodução do capital. Com a ocupação humana e o desenvolvimento de atividades econômicas, as Unidades de Conservação ficaram expostas à degradação lenta ou, na maioria das vezes, acelerada de seus recursos naturais. Dentre os usos mais comuns das Unidades de Conservação, pode-se citar: utilização do solo para construção e especulação imobiliária, práticas agrícolas e extrativistas, produção pesqueira, atividades de recreação ao ar livre e, sobretudo, o turismo (JACOBI, 2005).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão criado em 2007 e responsável por gerir as Unidades de Conservação federais, estima que, nos últimos 12 anos, o número de visitantes e turistas nos parques e unidades de conservação federais brasileiros cresceu 327%, passando de cerca de 2,9 milhões em 2006, para 12,4 milhões no ano de 2018 (ICMBio, 2019).

Apesar do potencial de desenvolvimento do turismo sustentável, que em alguns casos gera renda às comunidades que vivem ao entorno das UCs e simultaneamente concilia interesses voltados à conservação ambiental, a dificuldade de acesso e deslocamento dentro das áreas protegidas e a falta de serviços básicos ainda afastam visitantes, principalmente aqueles que possuem algum tipo de deficiência.

As Pessoas com Deficiência, segundo o último censo realizado em 2010 representam um percentual maior que 23% da população brasileira (IBGE, 2010). Segundo dados do órgão, cerca de 45 milhões de brasileiros declararam ter algum tipo de deficiência, seja visual (18,8%), física (7%), auditiva (5,10%) e ou intelectual (1,40%). É com base nessa realidade que o ICMBio com o objetivo de otimizar e consequentemente facilitar o acesso às unidades de conservação abertas à visitação vem adequando as UCs para receber turistas com algum tipo de deficiência e/ou mobilidade reduzida (ICMBio, 2018). A ideia é fazer com que as barreiras

contra a inclusão sejam quebradas e que as Unidades de Conservação estejam em condições de atender a esse público.

A exclusão da Pessoa com Deficiência ainda presente na sociedade brasileira, conforme afirma Barbosa (2016), corrobora para o não cumprimento dos direitos e garantias inalienáveis a esse grupo. Direitos adquiridos e respaldados no Estatuto da Pessoa com Deficiência e na Carta Magna brasileira, como o direito à inclusão social e equiparação de oportunidades às Pessoas com Deficiência, acessibilidade em espaços públicos, indubitavelmente representam um avanço, mas que, se não forem postos em prática, não serão úteis.

Nessa perspectiva, a execução de iniciativas que contemplem a acessibilidade e inclusão social voltadas às Pessoas com Deficiência em UCs pode vir a corroborar com a execução de um direito constitucional essencial à Pessoa com Deficiência: o direito ao lazer. Isso porque esses espaços são uns dos mais almejados pela população como um todo para visitação e execução de práticas turísticas. Tal fato atrai um público altamente diversificado e plural e consequentemente tem-se uma demanda por infraestrutura para atender a todos com dignidade humana e sustentabilidade ecológica.

Nessa perspectiva, algumas iniciativas adotadas pelo ICMBio em âmbito nacional merecem destaque. O ICMBio enquanto órgão gestor nacional vem trabalhando nessas questões no intuito de diversificar as atividades de ecoturismo, atividade altamente comum nas UCs, além das práticas educativas e recreativas ofertadas em suas áreas protegidas (ICMBio, 2018). A ênfase principal está em poder proporcionar uma estrutura adequada à demanda e ao perfil de pessoas que procuram as áreas protegidas e anseiam um contato mais aproximado com a natureza.

Um exemplo importante de uma UC que adotou algumas dessas iniciativas é a Reserva Biológica União, no Rio de Janeiro (Figura 3). Ela é detentora de uma importante e diversificada vegetação entre relevantes remanescentes pesquisados e estudados no Rio de Janeiro. Visando promover a acessibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência, a gestão da UC em consonância com o poder público e sociedade implementou a Trilha Interpretativa do Pilão (ICMBio, 2016).

Esta trilha supracitada possui aproximadamente um quilometro extensão e está situada em um importante fragmento do bioma Mata Atlântica (ICMBio, 2016). Para implantá-la, houve uma preocupação em dispor placas e outros equipamentos de interpretação de modo que pessoas com qualquer tipo de deficiência tivessem condições de aproveitar com mais dignidade a área e explorá-la em diversos sentidos.

Figura 3- Grupo de turistas com deficiência visual na Reserva Biológica União, Rio de Janeiro.



Foto: ICMBio, 2016.

No Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás (Figura 4), declarado Patrimônio Natural em 2001 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi construída uma trilha suspensa acessível (ICMBio, 2010). Por meio dela, Pessoas com Deficiência ou mobilidade reduzida podem chegar e contemplar mais facilmente as corredeiras, um dos atrativos mais significativos do Parque. A trilha é feita de madeira e possui 230 metros de extensão. Para Luis Neves, chefe substituto do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros:

Oferecer oportunidade de visitação para pessoas que ainda se deparam com poucos espaços acessíveis e muitas dificuldades de locomoção pelas cidades e grandes metrópoles é incrível. Sobretudo, por possibilitar a oportunidade de contribuir com a inclusão social e cidadania dessas pessoas ainda esquecidas (NEVES, 2012, p. 15).

Mediante o exposto, é importante enfatizar que a construção de uma consciência coletiva entre gestores, sociedade civil e poder público é de suma importância para que se possa haver uma articulação em prol de iniciativas que contemplem às Pessoas com Deficiência em espaços públicos, e com especial destaque conforme enfatizado em Unidades de Conservação

(figura). A edificação de ambientes mais acessíveis, indubitavelmente, resultará em uma sociedade socialmente mais justa.

Figura 4- Turistas em trilha suspensa no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.



Foto: ICMBio, 2016.

Medidas como estas representa um importante passo para o estímulo e planejamento de iniciativas voltadas à acessibilidade de Pessoas com Deficiência em Unidades de Conservação de todo o país. Sejam essas unidades municipais, estaduais ou federais, abre-se espaço para que questões relativas à acessibilidade e inclusão social da Pessoa com Deficiência estejam presentes em documentos normativos que regem as UCs, com especial destaque para os Planos de Manejo, uma vez que:

O Plano de Manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

Nessa perspectiva, uma questão imprescindível que deve ser levada em consideração na elaboração e aplicação de um plano de manejo é que a população local esteja inserida, de modo que se faça um levantamento da demanda e anseios das pessoas que frequentem e estejam ao entorno desses locais. Tal iniciativa, tomada pelo órgão gestor de cada Unidade de Conservação, pode significar e assegurar práticas socialmente viáveis pautadas na inclusão

social e acessibilidade, fazendo com que estas estejam também agregadas à sustentabilidade da Unidade de Conservação.

2.4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA CIDADE DO RECIFE

As Unidades de Conservação estão presentes em todo o território nacional. Nessa perspectiva, os Sistemas de Áreas Protegidas (SAP) simbolizam o avanço na gestão e organização estrutural dessas UCs, uma vez que, como afirma Dourojeanni (2010, p. 25): “O estabelecimento dos SAP garante a representatividade ecológica e biológica do território, a eficiência no uso dos recursos humanos e econômicos disponíveis para manejo, e o caráter social e participativo na gestão das Unidades”.

A partir do SNUC, ficou estabelecido que estados e municípios possuem autonomia de delimitar seus próprios critérios para elaboração e criação de seus próprios sistemas de UCs. A criação destes sistemas estaduais e municipais é importante, segundo Ring (2008), porque permite que novos atores se envolvam nas discussões da rede estadual e municipal de conservação. Tal fato conseqüentemente possibilita novas conexões políticas, sociais, culturais e ambientais. Assim:

Áreas protegidas estaduais e municipais devem funcionar como mecanismos de descentralização que permitam a conectividade com as áreas federais, promovendo o melhor uso da terra e harmonização entre os gestores de diferentes esferas do governo (SHADIE, 2013, p.83).

O estado de Pernambuco, através da Lei Estadual 13.787/09, de 08 de junho de 2009, instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC) de Pernambuco, como uma estratégia para resguardar seu capital natural e diversidade biológica presente em todo o estado. Assim, o estabelecimento e promulgação do SEUC levaram em conta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/00 e Decretos nº 3.834/01 e 4.340/02).

Pernambuco possui 86 Unidades de Conservação Estaduais. Levando em consideração a classificação adotada pelo SNUC, tem-se em território pernambucano 42 UCs de Proteção Integral e 44 de Uso Sustentável delimitadas pelo SEUC em suas diretrizes. Entre as Unidades de Proteção Integral estão 33 Refúgios da Vida Silvestre (RVS), cinco Parques Estaduais (PE), três Estações Ecológicas (ESEC) e um Monumento Natural (MONA)(LEI nº 13.787/09).

Já entre as Unidades de Uso Sustentável, tem-se vinte Áreas de Proteção Ambiental (APAs), oito Reservas de Floresta Urbana (FURBs) e quinze Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPNNs) e uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE).

A Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) é o órgão responsável pela administração e gestão ambiental das Unidades de Conservação estaduais delimitadas pelo SEUC.

O SNUC e SEUC são importantes políticas públicas normativas de fomento ao estabelecimento à regulação das UCs em escala nacional e estadual. No caso de Recife, em particular, também há um sistema municipal de áreas protegidas. Instituído pela Lei nº 18.014/2014, o Sistema Municipal de Unidades Protegida (SMUP) estabelece as normas gerais e requisitos básicos para criação, implantação e gestão de referidas unidades e de suas categorias específicas.

Assim como no SNUC e SEUC, o SMUP também estabelece suas categorias de Unidades Protegidas. Tal estratégia surge como uma importante ferramenta de gestão e controle dessas áreas para um melhor ordenamento organizacional. Cabe salientar que a criação e a gestão das Unidades de Conservação no Recife devem observar as categorias e normas estabelecidas na Lei Federal nº 9.985/2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e na Lei Estadual nº 13.787/2009, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação respeitando as particularidades e interesses locais.

As Unidades Protegidas do Recife compreendem quatro grupos fundamentais de classificação: os Jardins Botânicos (JB), as Unidades de Conservação da Natureza (UCN), as Unidades de Conservação da Paisagem (UCP) e as Unidades de Equilíbrio Ambiental (UEA) (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, 2012).

O Jardim Botânico (Figura 5) é uma categoria de Unidade Protegida constituída, no todo ou em parte, por coleções de plantas vivas, cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, podendo ter remanescente da biota local ou de área verde urbana Capibaribe (LEI Nº 18.014, 2014). Tem como finalidade proporcionar aos visitantes atividades voltadas à pesquisa e documentação do patrimônio florístico existente em nível mundial, nacional, estadual e municipal.

Figura 5- Jardim Botânico do Recife.



Foto: Revista Algo Mais, 2019.

As Unidades de Conservação da Natureza (Figura 6) são espaços territoriais caracterizados por sua rica diversidade biológica. As UCNs também apresentam a presença de importantes recursos ambientais. Entre eles, há as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes (LEI Nº 18.014, 2014). A criação e a gestão das UCNs no Recife devem levar em consideração as categorias e normas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação, assim como nas demais leis e normas pertinentes, respeitando as particularidades e interesses locais.

Figura 6-Unidade de Conservação da Natureza: ARIE Dois Unidos.



Foto: Prefeitura do Recife, 2019.

As UCNs presentes na cidade do Recife se caracterizam como espaços propícios para a execução de atividades de lazer, turismo e práticas de ensino (SANTOS, 2019). Sua institucionalização cumpre o importante papel ecológico de proteger importantes fragmentos do bioma característico da cidade, que é o Mata Atlântica. Os serviços ecossistêmicos ofertados pelas Unidades Protegidas podem ser percebidos através de benefícios proporcionados por essas áreas verdes à sociedade. A exemplo disso tem-se, segundo Andrade e Romeiro (2009, p.13): *“a regulação de marés, sequestro de carbono, melhoria da qualidade do ar e provimento de alimentos”*.

Já as Unidades de Conservação da Paisagem (Figura 7) podem ser conceituadas, segundo a Lei nº 18.014, (2014, p.06) como “um o recorte do território que revela significativa relação entre o sítio natural e os valores materiais e imateriais, consolidados ao longo do tempo e expressos na identidade do Recife Capibaribe”. Cabe frisar que deve ser assegurada a uma UCP, de acordo com o previsto na lei, a proteção da paisagem e dos ecossistemas de forma a garantir a integração entre o patrimônio natural e construído, e o descortino das respectivas visadas de interesse paisagístico, histórico ou estético-cultural que emprestam significado e prestígio à história da cidade (LEI Nº 18.014, 2014). No Recife, o Parque da Jaqueira caracteriza-se como a primeira UCP implantada na cidade.

Figura 7-Unidade de Conservação da paisagem do Recife: Parque da Jaqueira.



Foto: Praças e parques do Recife, 2020.

Por fim, as Unidades de Equilíbrio Ambiental (Figura 8) são os espaços inseridos na malha urbana, geralmente com uma grande densidade de vegetação, necessários à preservação das condições de amenização climática, cuja função é manter ou elevar a qualidade ambiental e paisagística da cidade (LEI Nº 18.014, 2014). Conforme previsto pelo o SMUP, é importante salientar que essa categoria de UP abarca “as praças, os parques urbanos, os imóveis de proteção de área verde, as árvores tombadas, os refúgios viários e outros espaços previstos em legislação equivalem a categorias de Unidades de Equilíbrio Ambiental”.

Figura 8-Unidade de Equilíbrio Ambiental: Praça do Derby.



Foto: Pinterest, 2020.

No Recife, assim como em todos os estados do território brasileiro, as áreas protegidas são territórios definidos por lei com o intuito de estimular a conservação e preservação de suas características ambientais. Além disso, há o incentivo à proteção da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais e ecossistêmicos. Esses serviços podem ser percebidos como benefícios destas áreas verdes prestados à sociedade, como regulação de temperatura, sequestro de carbono, melhoria da qualidade do ar e provimento de alimentos (ARRUDA, 2008).

As Unidades de Conservação presentes na cidade do Recife são espaços propícios para atividades de lazer, contemplação e Educação Ambiental. Tais atividades encontram-se previstas no SMUP, e em planos de manejo das Unidades que o possuem. As áreas protegidas preservam importantes fragmentos do bioma Mata Atlântica, característico da cidade, com áreas de florestas e manguezais que apresentam grande relação com o tecido urbano (LEI Nº 18.014/2014).

Nos planos de manejo e legislações que regem essas áreas protegidas, encontram-se, algumas das atividades que podem ser desenvolvidas nesses espaços. Geralmente há a oferta de atividades dentro da perspectiva socioambiental e educacional, com o propósito de atender a todos que visitam essas áreas. A partir disso, pode-se citar como exemplo, dentre as Unidades Protegidas pesquisadas nesse estudo, o Jardim Botânico do Recife, que aborda e trabalha temas

ambientais, agregando a estes, aspectos históricos, culturais e econômicos, com a finalidade de promover reflexões mais aprofundadas.

3. METODOLOGIA

3.1 DESENHO DA PESQUISA

A partir dos objetivos apontados nesta dissertação, faz-se necessário a utilização de uma abordagem de cunho qualitativa devido a sua reconhecida pertinência em pesquisas correlacionadas às questões ambientais e sociais. A abordagem qualitativa, permite um maior contato com o objeto de estudo para que se consiga realizar uma explanação e descrição dos fatos a serem estudados. A abordagem qualitativa se diferencia da quantitativa por estar intencionada em entender não em termos quantitativos determinado fenômeno, mas os contextos subjetivos que levaram a determinados acontecimentos (MINAYO, 2000).

Cm bases nesses pressupostos e alinhados com a escolha deste tipo de abordagem, autores como Bogdan e Biklen (1994) apontam que os estudos qualitativos permitem encontrar achados que se encontram na subjetividade da sociedade. A partir disso, percebe-se que o alcance das pesquisas qualitativas, sobretudo nesta em específico, se justifica devido a profundidade que se almeja chegar a partir dos possíveis dados a serem coletados, bem como dos resultados consistentes que deles podem ser construídos a partir do uso da abordagem qualitativa.

No campo das Ciências Ambientais, as pesquisas qualitativas circulam os sujeitos em processo de investigação de modo a perceber de que forma se materializa certos fenômenos em análise no meio ambiental em intersecção com o meio social, de que forma estes interpretam determinados fenômenos e afins. Assim, percebemos que o caminho percorrido no campo da ciência precisa que “os investigadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimentos que lhes permitam tomar em consideração as experiências e ponto de vista do informador” (BOGDAN; BILKEN, 1994, p. 51).

Essa pesquisa tem caráter exploratório-descritivo e explicativo. Foram utilizados procedimentos e técnicas de pesquisa que permitiram analisar a situação das Unidades Protegidas do Recife quanto à acessibilidade e inclusão, considerando os objetivos de conservação das mesmas. Foi utilizada uma abordagem qualitativa, como supracitado, cujos procedimentos centram-se na pesquisa bibliográfica, documental, aplicação de técnicas de coleta direta, como questionários semiestruturados e *checklist*. E, por fim, a análise e discussão

do conteúdo e suas etapas para tratamento e interpretação de dados obtidos com o uso do *software Microsoft Office Excel*.

3.2 RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em 4 (quatro) Unidades Protegidas municipais da cidade do Recife. Cabe salientar que o respectivo município, atualmente, conta com uma lista diversificada de áreas protegidas, regidas pela gestão estadual e municipal, primordialmente. As Unidades de Conservação escolhidas para esse estudo ficaram restritas a escala municipal, cuja regulamentação é instituída pelo Plano Diretor do Recife e regulamentada por lei específica como o SMUP.

As Unidades Protegidas do Recife compreendem, como supracitado, quatro grupos de unidades: os Jardins Botânicos, as Unidades de Conservação da Natureza, as Unidades de Conservação da Paisagem e as Unidades de Equilíbrio Ambiental (LEI N° 18.014, 2014).

Nesta dissertação, elencou-se como locais de estudo e análise para a realização da respectiva pesquisa as seguintes Unidades Protegidas presentes na cidade do Recife: o Jardim Botânico; o Parque da Jaqueira; o Parque Apipucos e a UCN Dois Unidos. A escolha por tais Unidades Protegidas justifica-se pelo fato dessas áreas serem de Uso Sustentável e receberem um grande fluxo de visitantes, turistas e estudantes para a realização de atividades voltadas ao lazer, à pesquisa científica e ao turismo no Recife.

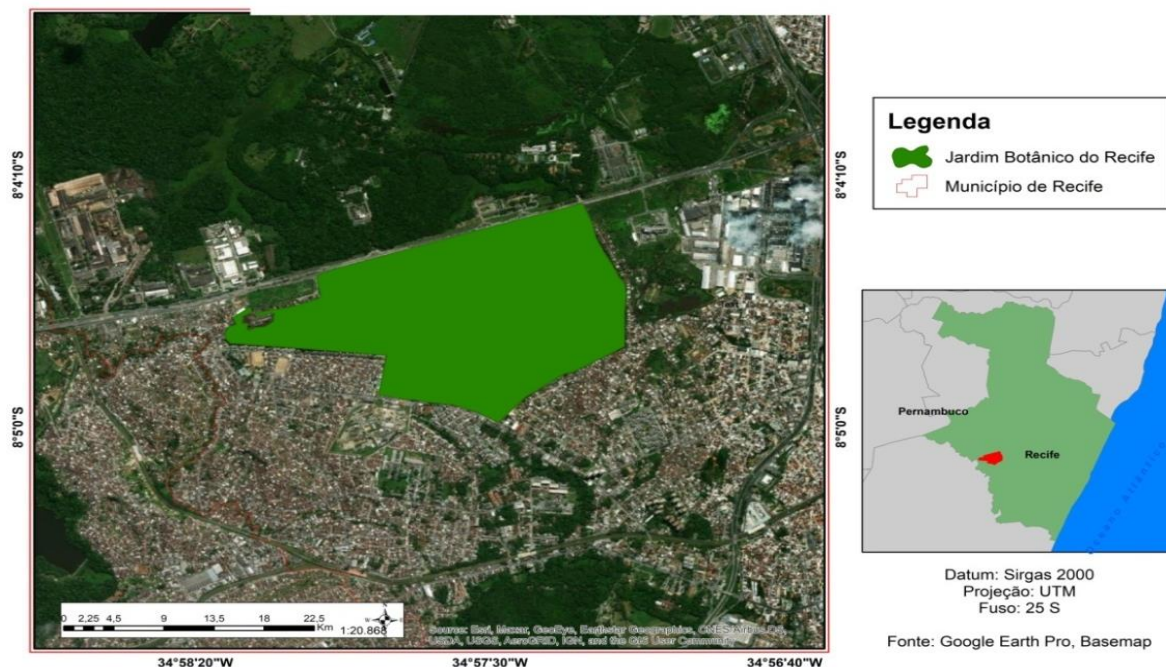
3.2.1 Jardim Botânico do Recife

O Jardim Botânico do Recife (JBR) foi criado em 1 de agosto de 1979 a partir da reformulação do Parque Zoobotânico do Curado, que fazia parte da Mata do antigo Instituto de Pesquisa Agropecuária do Nordeste, por intermédio do Decreto n° 11.341. As várias realizações de atividades voltadas à pesquisa científica, à conservação e à Educação Ambiental, possibilitaram a admissão do JBR na Rede Brasileira de Jardins Botânicos e, por intermédio dessa, na *Botanic Gardens Conservation Internacional* (PEREIRA; COSTA, 2013).

O Jardim Botânico do Recife está inserido em fragmento do bioma Mata Atlântica às margens da BR-232, bairro do Curado na cidade do Recife (Figura 9), encontrando-se entre as coordenadas geográficas: 08°04' e 08°05'S; 34°59' e 34°57'W. Por estar localizado numa área relativamente populosa da Região Metropolitana do Recife. Peixe e Torres (2011, p.12)

pontuam que o JBR “caracteriza-se como uma importante área natural marcada pela forte pressão exercida pela ocupação urbana ao longo de parte de seu entorno”.

Figura 9 - Mapa de localização do Jardim Botânico do Recife.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Ademais, é importante salientar que o JBR possui uma vasta área territorial, com aproximadamente 10,72 hectares de propriedade municipal, que faz parte do conjunto florestal das Matas do Curado (JARDIM BOTÂNICO DO RECIFE, 2020). Em 2014, através da Lei Nº 8014/2014, ele passou a se constituir como uma Unidade Protegida da cidade do Recife, a ser classificado como uma das categorias de UCs delimitadas pelo Sistema Municipal de Unidades Protegidas (SMUP).

O JBR se caracteriza como uma Unidade Protegida constituída por coleções de plantas vivas, cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas. Por estar inserido em uma área significativa do bioma Mata Atlântica, possui uma grande diversidade de vegetação e fauna característicos do Bioma Mata Atlântica que atrai visitantes e pesquisadores (NASCIMENTO; OLIVEIRA; BARBOSA, 2017).

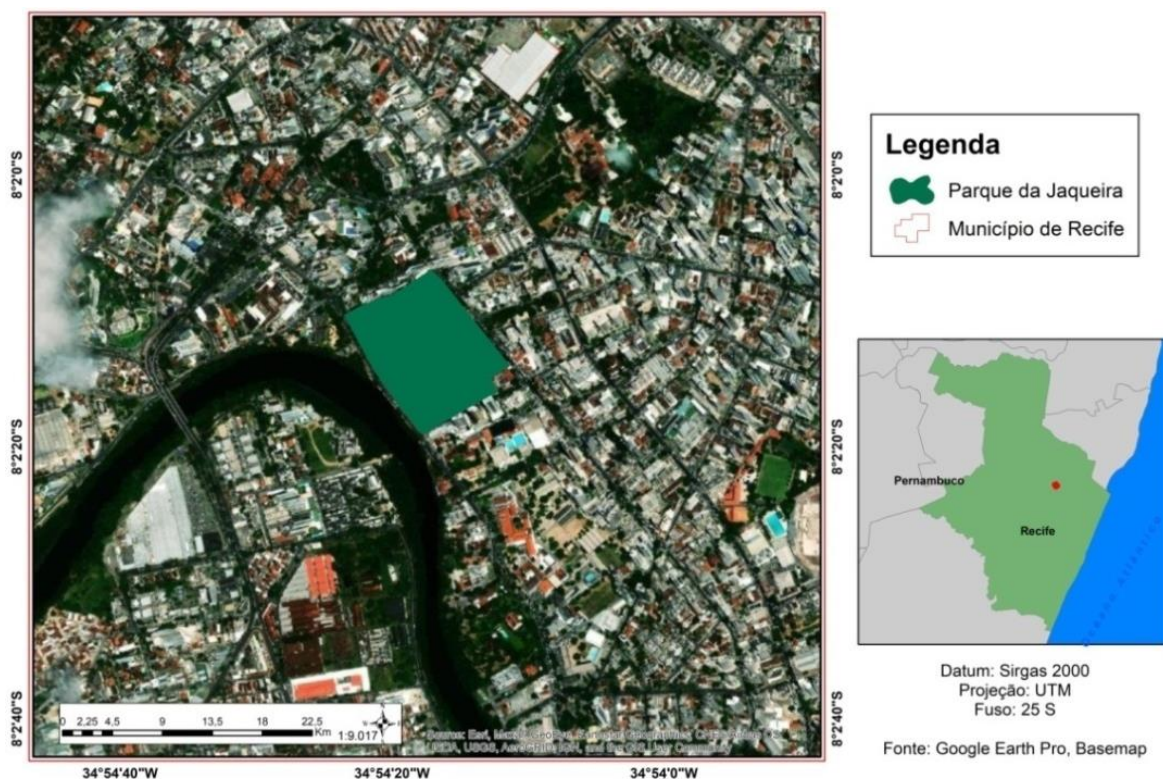
Tal bioma supracitado possui plantas que podem ser remanescentes da biota local ou de área verde urbana. Tal fato possibilita que elas possam ser analisadas com a finalidade de estudo para a pesquisa e documentação do patrimônio florístico existente em nível mundial, nacional, estadual e municipal, acessíveis ao público, no todo ou em parte, servindo à educação, à pesquisa científica ambiental, à cultura, por exemplo.

3.2.2 O Parque da Jaqueira

O Parque da Jaqueira está localizado no bairro da Jaqueira, planície central da zona norte do Recife (Figura 10). O Parque está presente em uma das áreas mais nobres e valorizadas da cidade devido a especulação imobiliária presente no bairro da Jaqueira (REIS; SILVA, 2018). Além disso, ele é permeado por uma densa malha urbana e uma crescente verticalização característica da cidade do Recife, limitando-se com os bairros da Tamarineira; Torre; Graças; Santana e Parnamirim.

Geograficamente falando, o Parque da Jaqueira tem suas coordenadas geográficas: 08° 03' 14" S 34° 52' 51". Além disso, tem sua paisagem permeada por edifícios residenciais e comerciais, característicos da verticalização do local, e também por áreas verdes. A área é estruturada e gerida pela **Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife**, instituição ligada a prefeitura do Recife. O parque apresenta uma ampla infraestrutura e dispõe de atividades ao seu entorno que estão correlacionadas ao comércio e serviços (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO RECIFE, 2005).

Figura 10 - Mapa de localização do Parque da Jaqueira.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O Parque foi inaugurado em 10 de abril de 1985, e possui assim 35 anos de existência. Atualmente, ele pode ser caracterizado como um dos espaços mais visitados do Recife, com atividades destinadas ao lazer, à cultura e à prática de esportes. Com uma vasta área territorial, ocupou, até 2014, o título de maior parque público da cidade, quando o Parque Urbano da Macaxeira foi entregue à população (PREFEITURA DO RECIFE, 2015).

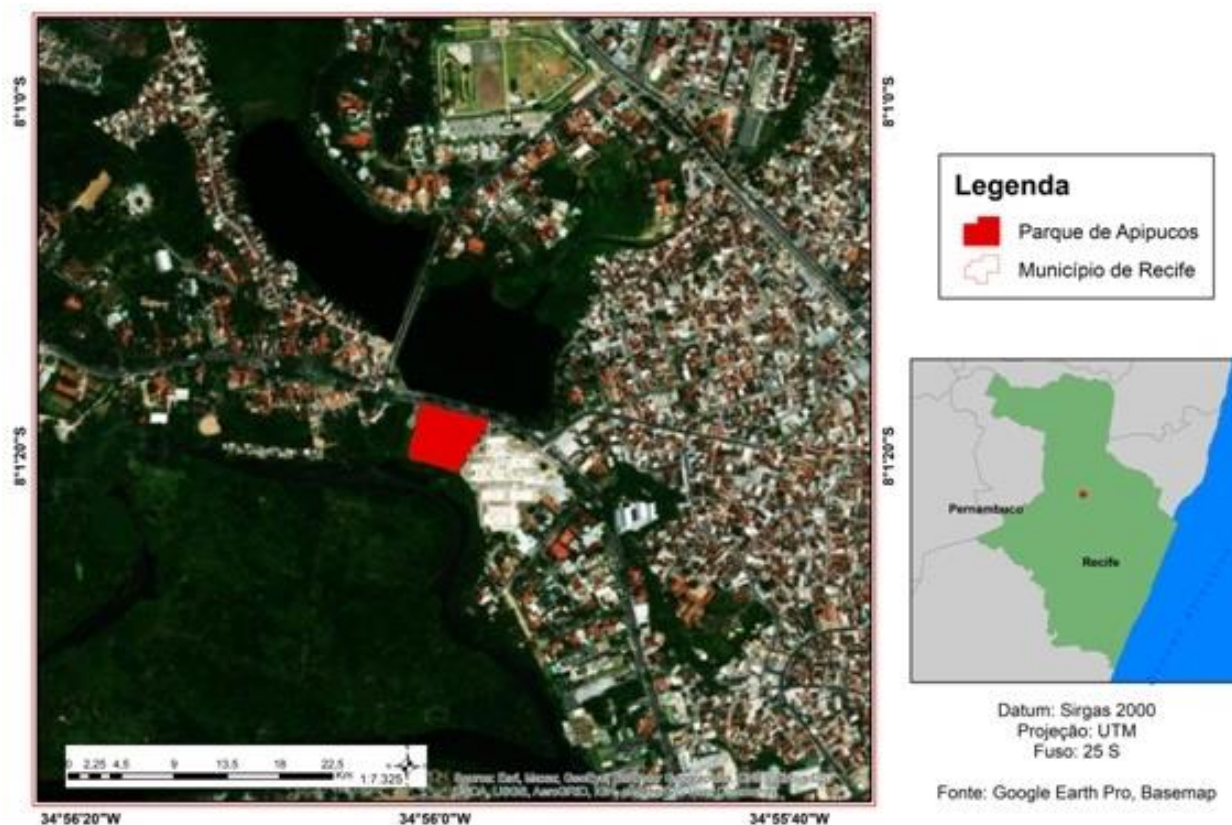
O terreno onde atualmente localiza-se o Parque da Jaqueira com cerca de sete hectares, como supracitado, foi cedido em 1984 à Prefeitura do Recife em regime de comodato. Através da Lei Federal nº 10.175, e Instituto Nacional de Seguridade Social recebeu autorização para doá-lo definitivamente ao Município do Recife. A localidade é bastante antiga, e por conta das frondosas árvores da espécie *Artocarpus heterophyllus*, foi conhecida por “Sítio das Jaqueiras” (PREFEITURA DO RECIFE, 2015).

O Parque da Jaqueira é considerado e classificado, de acordo com a Lei Municipal nº 17.610/2010 e a Lei nº 18.014/2014, como a primeira Unidade de Conservação da Paisagem (UCP) da cidade do Recife. Trata-se de um importante recorte do território que revela significativa relação entre o sítio natural e os valores materiais e imateriais, consolidados ao longo do tempo e expressos na identidade do Recife.

3.2.3 Parque Apipucos

O Parque Apipucos está inserido na Unidade de Conservação da Natureza Açude de Apipucos na parte Noroeste da cidade do Recife, Região Político Administrativa III, no bairro de Apipucos (Figura 11). Geograficamente, o parque situa-se entre os paralelos 08°00'33''S e 08°01'28''S e 34°55'44''W e 34°56'27''W, ocupando uma área de 892.300 m² (89,23 hectares), o que corresponde a 0,4% do território da cidade do Recife (PCR, 2020).

Figura 11- Mapa de localização do Parque Apipucos.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O território da UCN está localizado sobre os aquíferos Barreiras, Boa Viagem, Beberibe e o Fissural. O Aquífero Boa Viagem possui baixa qualidade hidrogeológica, susceptível à contaminação por efluentes ou por poluição da água infiltrável (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2020). O Aquífero Beberibe apresenta predominância majoritária de águas cloretadas sódicas e cloretadas mistas, representando potabilidade dentro dos limites recomendados pela Organização Mundial de Saúde (COSTA, 2015).

O Parque Apipucos situa-se na Bacia hidrográfica do Rio Capibaribe, com destaques para a parte leste com os canais do Buriti (ESIG UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO RECIFE, 2018). No seu entorno há o Açude Apipucos e a Lagoa do Banho, localizada na parte norte da UCN. Em termos paisagísticos a UCN no geral conta com uma área de 8,97 ha e recebe água de nascentes localizadas em seu entorno e é interligada ao Açude Apipucos por meio dos canais bairro de Apipucos .

No geral, a área apresenta uma vegetação de Mata Atlântica e higrófila, sendo formada pelo Açude de Apipucos, pela Lagoa do Banho e por canais tributários integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe (PCR, 2014). Nessa área foi implantado o Parque Apipucos,

uma das áreas verdes mais atrativas da cidade do Recife e aberta aos seus cidadãos para a realização de práticas de recreação, turismo e lazer.

O Parque Apipucos foi fundado no ano de 2012 e teve sua primeira etapa inaugurada pelo pelos representantes do poder público e representantes dos órgãos ambientais da cidade do Recife. Atualmente, caracteriza-se como um importante espaço atrativo para a sociedade civil recifense que almeje e queira usufruir de um agradável ambiente que tenha contato com a natureza. Segundo a Prefeitura do Recife (2020) o local é um dos que mais atraem visitantes na cidade devido a coexistência da sua extensa área verde e espaços de convivência, situados às margens do Rio Capibaribe.

3.2.4 Unidade de Conservação da Natureza Dois Unidos

A Unidade de Conservação da Natureza (UCN) de Dois Unidos localiza-se na parte Norte da cidade do Recife, Região Político Administrativa II (RPA 2), no bairro de Dois Unidos (Figura 12). Em termos geográficos, ela situa-se entre os paralelos 07°59'36"S e 08°00'02"S e os meridianos 34°54'29"W e 34°54'57"W, ocupando uma área de 38,79 hectares, o que corresponde a 0,2% do território da cidade do Recife (PREFEITURA DO RECIFE, 2020).

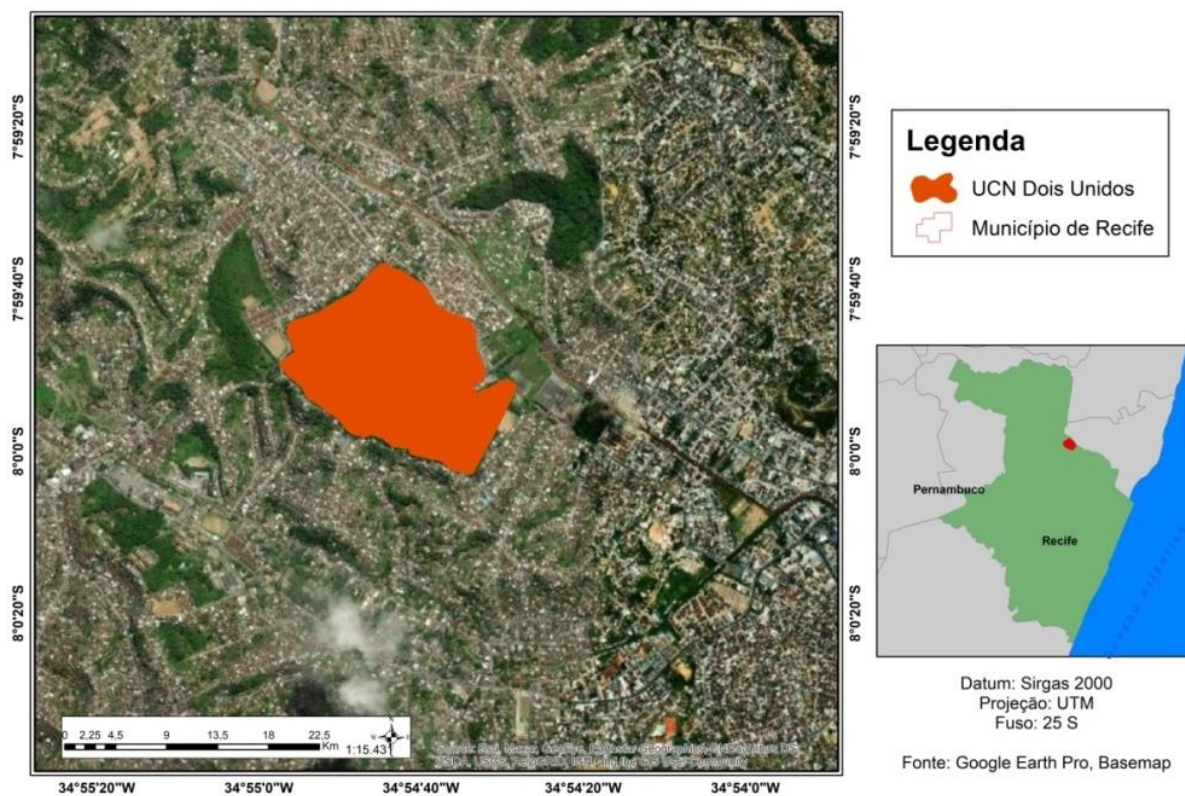
O Sistema Municipal de Unidades Protegidas do Recife prevê que algumas categorias de suas Unidades de Conservação possam ter suas subclassificações de acordo com os interesses de conservação de cada uma, assim como previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Frente a isso, a UCN Dois Unidos pode ser subclassificada como uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). As ARIEs se caracterizam como importantes áreas de estímulo à conservação dos ecossistemas e a utilização consciente dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

No que concerne ao ponto de vista fundiário, as ARIES não requerem o domínio público. Tal fato consequente facilita a sua criação. A categoria torna-se interessante no que se refere ao âmbito de políticas de desenvolvimento sustentável, uma vez que se é estabelecido os critérios técnico-científicos para a exploração de seus recursos naturais, através de Plano de Manejo.

O território da UCN está localizado sobre os aquíferos Barreiras recobrindo o aquífero Beberibe. As águas do Aquífero Barreiras na RMR apresentam predominância de águas cloretadas e sulfatadas sódicas, consideradas como águas doces, estando dentro do limite de potabilidade para consumo humano (PREFEITURA DO RECIFE, 2020). O Aquífero Beberibe apresenta predominância de águas cloretadas sódicas e mistas, representando

potabilidade dentro dos limites recomendados pela Organização Mundial de Saúde (BORBA, et al., 2015).

Figura 12- Mapa de localização da UCN Dois Unidos, Recife.



Fonte: Elaborado pela autora; 2020.

A UCN Dois Unidos foi reconhecida pela Lei Municipal nº 16.176/1996, que altera o zoneamento da Cidade do Recife, como Zona Especial de Proteção Ambiental II e a Unidade de Conservação Municipal. Em 2008, foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº 23.808. Em 2014, o Sistema Municipal de Unidades Protegidas (RECIFE, 2014) ratificou a UCN e definiu seus atuais limites, além de determinar a elaboração do Plano de Manejo, com consequente revisão do instrumento de criação, categorização e regulamentação.

No âmbito estadual, a mata de Dois Unidos foi protegida pela Lei Estadual nº 9.989/1987 como Reserva Ecológica e, em 2011, a Lei Estadual nº 14.324, que categoriza as Reservas Ecológicas da Região Metropolitana do Recife, definiu essa UCN como uma Reserva de Floresta Urbana (FURB). No interior da UCN Dois Unidos, constata-se a presença do empreendimento Água Mineral Santa Clara.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Tendo em vista os objetivos explicitados nesse estudo, elencaram-se como instrumentos de coleta de dados um *checklist* e questionários semiestruturados. Eles foram elaborados com o intuito de se obter uma melhor compreensão da realidade a ser analisada nessa pesquisa, e, por conseguinte, o alcance dos objetivos específicos. Pois, de acordo com Hair Jr. et al. (2005, p. 215) “quando as questões de pesquisa são desenvolvidas, elas devem ser avaliadas com a finalidade de determinar quais instrumentos oferecerão as informações necessárias para a tomada de decisão, para a compreensão de um problema ou para testar uma teoria”.

Para que fosse possível fazer uma análise inicial da situação das Unidades Protegidas quanto aos quesitos de acessibilidade e inclusão das Pessoas com Deficiência na cidade do Recife, foi elaborado um *checklist* (Apêndice A) baseado no Roteiro básico para avaliação da acessibilidade nas edificações do Ministério Público, elaborado pelo conselho Nacional do Ministério Público (2019). O *checklist* foi elaborado com questões que abarcassem uma análise espacial do local em termos estruturais de acessibilidade e inclusão social para Pessoas com Deficiência física², auditiva e visual.

A partir das observações e análises feitas, elaborou-se posteriormente um questionário semiestruturado com o intuito de buscar se responder alguns questionamentos acerca do que fora encontrado com a aplicação do *checklist* na realidade das Unidades Protegidas em termos de acessibilidade e inclusão desses lugares.

3.4 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Por se tratar de uma pesquisa que lidou diretamente com seres humanos e que tem como instrumento de coleta de dados *checklist* (Apêndice A) e questionários (Apêndice A e B), optou-se por sua submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Esse procedimento é importante devido a necessidade de validação científica e da ética da pesquisa, pois como afirma Melo e Oliveira (2018):

O principal objetivo do CEP é avaliar se os princípios éticos (autonomia, justiça, beneficência e não maleficência) estão sendo assegurados no projeto de pesquisa. E isso também interfere analisar os métodos científicos, tendo em vista que muitos deles impedem na seguridade dos preceitos éticos (MELO E OLIVEIRA, 2018, p. 83).

² Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia (BRASIL, 2006).

Nessa perspectiva, por entender que a pesquisa científica deve estar alinhada ao desenvolvimento ético e social, o presente estudo buscou contemplar desde o momento de formulação e elaboração do *checklist* (Apêndice A) e dos questionários (Apêndice B e C), a submissão do protocolo ao CEP da UFPE buscando sempre cumprir os aspectos éticos exigidos e inalienáveis à pesquisa científica. Cabe pontuar que após o processo de submissão, o protocolo teve o pedido deferido sob número de parecer 4.130.809, cujo número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) é 32633420.5.0000.5208 (Anexo A).

Dessa maneira, o presente estudo de acordo com o parecer disponibilizado pelo CEP, respeitou os aspectos éticos exigidos na pesquisa científica para o trabalho de dissertação. Cabe pontuar que os direitos e a dignidade dos sujeitos que responderam aos questionários aprovados pelo CEP foram também amplamente respeitados, tendo como base os preceitos éticos contidos na norma do Conselho Nacional de Saúde 466/12, que fomenta e assegura o anonimato, a confidencialidade, a proteção da imagem das pessoas entrevistadas na pesquisa.

Isso porque é importante que se garanta a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro. No Apêndice IV é apresentado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), elaborado e utilizado com o objetivo de esclarecer aos sujeitos participantes da pesquisa as informações cruciais sobre benefícios, riscos e contribuições do presente estudo.

3.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente foi realizada uma revisão de literatura e uma pesquisa bibliográfica a partir de consultas a artigos científicos, teses e dissertações disponíveis em plataformas como a *Scielo*, *Science*, *Google Scholar* e ao banco de teses e dissertações da CAPES. Durante o período de buscas e consultas as plataformas supracitadas, foram pesquisadas palavras-chave como: acessibilidade, Pessoa com Deficiência, inclusão social e Unidades de Conservação. Tal procedimento foi executado com o intuito de compreender e elucidar discussões centrais relativas às temáticas abordadas na presente pesquisa.

Tais questões pesquisadas, e assim abordadas nas literaturas pesquisadas, foram concernentes à compreensão de contextos e situações que influenciaram e induziram a criação das Unidades de Conservação em âmbito nacional, estadual e municipal, dando ênfase à criação e institucionalização das Unidades protegidas na cidade do Recife (*locus* da presente pesquisa). Além disso, buscou-se elucidar algumas iniciativas que contemplem a acessibilidade das Pessoas com Deficiência em áreas protegidas, em âmbito internacional, nacional e local.

Como salientado anteriormente, a análise das áreas estudadas nessa pesquisa se deu a partir de dois instrumentos-chave de coleta: o *checklist* e os questionários. Em um primeiro momento, o *checklist* surgiu como uma importante ferramenta de coleta por permitir visualizar a situação das Unidades Protegidas em quesitos concernentes à acessibilidade e à inclusão social, e assim poder atingir o primeiro objetivo específico: diagnosticar a situação de 4 Unidades Protegidas da cidade do Recife no que toca à acessibilidade. E parcialmente o segundo objetivo específico: Investigar a percepção das Pessoas com Deficiência que frequentam as Unidades Protegidas acerca de temas relacionados à inclusão e acessibilidade nesses espaços.

A aplicação do *checklist* foi realizada no período de setembro e outubro de 2020 nas quatro Unidades Protegidas pesquisadas. A partir disso, foi possível realizar uma análise prévia da situação das Unidades Protegidas nos quesitos de acessibilidade e inclusão social na cidade do Recife. A aplicação do *checklist* foi necessária para fundamentar algumas discussões centrais apresentadas nessa pesquisa e consequentemente diagnosticar a realidade presente nas Unidades Protegidas no que tange as questões abordadas e discutidas na presente dissertação de mestrado.

Para o alcance total do segundo objetivo específico foram realizadas a aplicação de questionários semiestruturados às pessoas com deficiência física, auditiva e visual que

frequentam as Unidades Protegidas do Recife. Cabe pontuar que 46 (quarenta e seis) pessoas responderam aos questionários durante o período de maio e junho de 2021. A aplicação dos questionários se deu de forma virtual, através da plataforma *Google Forms*, pela impossibilidade da aplicação em caráter presencial devido à pandemia do Coronavírus. Quando fala-se em aplicação de questionários para a coleta de dados para pesquisas científicas é importante fazer algumas considerações.

Para Gil (1999, p.128), o questionário caracteriza-se como “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciada.” Essa técnica de investigação torna-se uma excelente estratégia para pesquisas qualitativas por poder abarcar um grande número de pessoas, mesmo que elas estejam em distintas áreas geográficas, já que o questionário pode ser enviado de maneira virtual, além de ter um baixo custo .

Por fim, para o alcance do terceiro objetivo específico, relativo a discutir os possíveis fatores que dificultam a gestão das Unidades Protegidas na aplicação de iniciativas voltadas à inclusão e à acessibilidade em Unidades Protegidas na cidade do Recife, foram realizadas também a aplicação de questionários a 4 (quatro) gestores das Unidades Protegidas pesquisadas. A aplicação ocorreu durante o período de fevereiro e março de 2021.

A aplicação do questionário ocorreu por meio eletrônico em conjunto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) na plataforma *Google Forms*. O TCLE é um documento básico e fundamental do protocolo científico e da pesquisa com ética. Ele foi uma importante fonte de esclarecimento as participantes deste estudo, por tê-las informado previamente acerca das justificativas, objetivos, riscos e possíveis benefícios da presente pesquisa de mestrado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A acessibilidade e a consequente inclusão das Pessoas com Deficiência em Unidades de Conservação, em especial para aquelas com deficiência física, auditiva e visual, dependem primordialmente de ações e iniciativas adotadas pelo poder público. Nessa perspectiva, é importante salientar que a adoção e aplicação de políticas públicas voltadas à acessibilidade das PCD, na maioria das vezes, são resultantes de um processo de articulação entre um grupo e/ou sociedade organizada em prol de mais equidade de oportunidades e acessibilidade nesses ambientes.

Nesse sentido, os aspectos estruturais e sociais que promovem a acessibilidade e a inclusão social das Pessoas com Deficiência em Unidades Protegidas, possuem relevância ímpar nesse estudo, pois eles estão diretamente relacionados a uma gama de direitos sociais assegurados às PCD. Entre eles, destacam-se o direito ao lazer previsto pela Carta Magna Brasileira em seu artigo 4º, e o direito à acessibilidade em espaços públicos, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público, previsto pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência em seu artigo 3º.

Frente ao exposto, como supracitado na metodologia, elaborou-se um *checklist* com o intuito de se obter algumas informações prévias sobre a situação e os recursos de acessibilidade e inclusão social voltadas às Pessoas com Deficiência física, auditiva e visual presentes nas quatro Unidades Protegidas pesquisadas na cidade do Recife. Cabe salientar que o *checklist* abarcou as respectivas deficiências supracitadas, pelo fato delas serem as que mais acometem os brasileiros segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

O *checklist* buscou contemplar questões relacionadas à presença de recursos estruturais e humanos voltados a promoção da acessibilidade e inclusão social da Pessoa com Deficiência. Dentre as questões abordadas, destacam-se aquelas voltadas à existência de planejamento espacial dos locais com a presença de rampas, calçadas antitrepidantes e antiderrapantes voltadas às PCD, e a presença de profissionais capacitados, como intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), aptos a lidarem e recepcionarem pessoas surdas, por exemplo (Quadro 1).

Quadro 1 - Análise dos recursos de acessibilidade e inclusão de Pessoas com Deficiência em Unidades Protegidas do Recife.

Recursos de acessibilidade e inclusão social	Unidades Protegidas	Deficiência Física	Deficiência Auditiva	Deficiência Visual	Não Ident.
Há reservas de vagas de veículos para PCD?	Jardim Botânico	-	-	-	Sim
	Parque da Jaqueira	Sim	Sim	Sim	-
	Parque Apipucos	Sim	Sim	Sim	-
	UCN Dois Unidos	-	-	-	Sim
As calçadas são antiderrapantes e antitrepidantes?	Jardim Botânico	Sim	-	Sim	-
	Parque da Jaqueira	Sim	-	Sim	-
	Parque Apipucos	Sim	-	Sim	-
	UCN Dois Unidos	-	-	-	Sim
As calçadas possuem inclinações aceitáveis e não possuem obstáculos?	Jardim Botânico	Sim	-	Sim	-
	Parque da Jaqueira	Sim	-	Sim	-
	Parque Apipucos	Sim	-	Sim	-
	UCN Dois Unidos	-	-	-	Sim
Há rebaixamento do meio-fio (rampa) nas calçadas?	Jardim Botânico	Sim	-	Sim	-
	Parque da Jaqueira	Sim	-	Sim	-
	Parque Apipucos	Sim	-	Sim	-
	UCN Dois Unidos	-	-	-	Sim
A rampa de acesso possui inclinação aceitável e corrimãos em 2 alturas?	Jardim Botânico	Sim	-	Sim	-
	Parque da Jaqueira	Sim	-	Sim	-
	Parque Apipucos	Sim	-	Sim	-
	UCN Dois Unidos	-	-	-	Sim

Fonte: Adaptado do Roteiro básico para avaliação da acessibilidade nas edificações do Ministério Público, 2021.

Como evidenciado no quadro acima, os dados foram agrupados de modo que pudesse se compreender se havia ou não a existência de recursos de acessibilidade previstos na legislação brasileira. Alguns desses recursos incluem, conforme previsto no Guia de Mobilidade acessível em vias Públicas e no Estatuto da Pessoa com Deficiência: calçadas; rampas de acesso, piso de calçada e corrimãos. Afinal, quando se fala em acessibilidade é essencial que se compreenda que ela é a:

I - possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p. 06).

A acessibilidade caracteriza-se como uma importante ferramenta para o alcance da inclusão social da Pessoa com Deficiência. É pertinente ressaltar essa premissa para que se possa compreender melhor a importância dos recursos de acessibilidade avaliados nas Unidades Protegidas da cidade do Recife. De modo geral, como evidenciado quadro acima, as quatro Unidades Protegidas avaliadas a partir do *checklist* dispõem de alguns mecanismos de acessibilidade que contemplam primordialmente as deficiências física e visual.

O Jardim Botânico da cidade do Recife, o Parque da Jaqueira e o Parque Apipucos merecem destaque nessa análise por dispor de uma estrutura que contemplem os mais diversificados públicos e visitantes, entre eles Pessoas com Deficiência. A presença dos recursos nas Unidades Protegidas avaliados no *checklist*, como a presença de rampas de acesso que possuem inclinação e corrimãos, bem como calçadas antiderrapantes e antitrepidantes, por exemplo, corroboram cada vez mais para o rompimento de barreiras e da exclusão da Pessoa com Deficiência em espaços públicos.

Para Sá (2001), a ausência de mecanismos que promovam a acessibilidade em espaços públicos e de uso comum corrobora diretamente para o fortalecimento de barreiras que impactam diretamente a vida das Pessoas com Deficiência e/ou mobilidade reduzida. Tal situação instiga a refletir acerca da estruturação, majoritariamente desordenada, dos centros urbanos e lugares públicos que não são pensados para todos. É sabido, segundo Cohen (2003), que tal situação reforça a permanência de barreiras existentes historicamente que negam às Pessoas com Deficiência a oportunidade de serem membros ativos e produtivos da sociedade.

Nas Figuras 13, 14, e 15 apresentam-se alguns registros importantes que evidenciam a presença de uma infraestrutura para receber as PCD nas UCs avaliadas. Em contrapartida, nota-se que na UCN Dois Unidos há uma carência de recursos importantes e essenciais para a promoção da acessibilidade dentre os aspectos supracitados: A UCN não apresenta rampas para o acesso de PCD conforme evidenciado na figura 16.

Figura 13 - Infraestrutura com piso nivelado que permite a locomoção de Pessoas com Deficiência e mobilidade reduzida no Jardim Botânico do Recife.



Fonte: Autora, 2020.

Figura 14 - Infraestrutura com rampas de acessibilidade para Pessoas com Deficiência física no Parque da Jaqueira-Recife.



Foto: Autora, 2020.

Figura 15 - Rampa de acesso para Pessoas com Deficiência ou mobilidade reduzida no Parque Apipucos.



Foto: Autora, 2020.

Figura 16 - Infraestrutura com ausência de acessibilidade na UCN Dois Unidos.



Foto: Autora, 2020.

As imagens acima mostram alguns itens interessantes para a promoção de uma visitação e uma experiência turística com mais acessibilidade, primordialmente, para Pessoas com Deficiência física em Unidades Protegidas da cidade do Recife. Contudo, quando fala-se em outros tipos de deficiência como a visual e auditiva há alguns mecanismos que não são contemplados nas UCs estudadas. Algumas ferramentas como placas com sinalização em

Braile para pessoas com deficiência visual e intérpretes para receber pessoas com deficiência auditiva, ainda não estão disponíveis nas UCs da cidade do Recife.

Afinal, quando fala-se em acessibilidade em espaços públicos abertos a atividades como o turismo, por exemplo, é essencial que se considere que os mecanismos que asseguram a acessibilidade promoverão, também, a inclusão social. Tal fato consequentemente corrobora para o alcance direitos inalienáveis a Pessoa com Deficiência assegurados na Lei Brasileira de Inclusão e na Constituição Federal já supracitados ao decorrer desse estudo.

É importante salientar, também o papel do cidadão no processo de inclusão de pessoas com deficiência. Para além do poder público, devemos e podemos ser solidários com as PCD, ao apoiarmos suas lutas reivindicatórias e projetos que contemplem e fomentem a elaboração de políticas públicas destinadas a esse público, afinal conforme pontua Lima, Melo e Minasse (2019, p.13):

A garantia de acessibilidade para pessoas com diferentes deficiências deve ser um compromisso de todos, principalmente no que se refere ao planejamento e gestão de espaços e serviços públicos, de modo que venha a contemplar as suas necessidades em geral e consequentemente as incluí-las socialmente .

Para *Smith et al.* (2013), na contemporaneidade, é importante ressaltar que quando se trata de temáticas correlacionadas ao turismo, visitas e acessibilidade em Unidades de Conservação, é válido afirmar que ainda não há muitos esforços destinados à inclusão social de Pessoas com Deficiência nesses territórios.

Muitas PCD ainda não podem usufruir das UCs, enquanto lugares que são considerados essenciais para atividades como lazer e pesquisa científica, por ausência de infraestrutura ou de pessoal qualificado. Por isso, o debate em todas as esferas, e também na pesquisa científica, deve ser fortalecido para que se possa dar mais visibilidade a questões relacionadas ao tema. Ademais, no Quadro 2, importantes recursos de acessibilidade e inclusão social também foram analisados na presente pesquisa.

Quadro 2 -Análise dos recursos de acessibilidade e inclusão de Pessoas com Deficiência em Unidades Protegidas do Recife.

Recursos de acessibilidade e inclusão social	Unidades Protegidas	Deficiência Física	Deficiência Auditiva	Deficiência Visual	Não Ident.
Há piso tátil de alerta nos obstáculos suspensos, desníveis escadas, rampas e elevadores?	Jardim Botânico	Sim	-	Sim	-
	Parque da Jaqueira	-	-	-	Sim
	Parque Apipucos	-	-	-	Sim
	UCN Dois Unidos	-	-	-	Sim
Existem sanitários destinados às PCD?	Jardim Botânico	-	-	-	Sim
	Parque da Jaqueira	Sim	Sim	Sim	-
	Parque Apipucos	-	-	-	Sim
	UCN Dois Unidos	-	-	-	Sim
Há espaços reservados para pessoa com cadeira de rodas e seu acompanhante?	Jardim Botânico	-	-	-	Sim
	Parque da Jaqueira	Sim	Sim	Sim	-
	Parque Apipucos	-	-	-	Sim
	UCN Dois Unidos	-	-	-	Sim
Existem mesas reservadas e com altura adequada a PCD?	Jardim Botânico	-	-	-	Sim
	Parque da Jaqueira	-	-	-	Sim
	Parque Apipucos	-	-	-	Sim
	UCN Dois Unidos	-	-	-	Sim

Fonte: Adaptado do Roteiro básico para avaliação da acessibilidade nas edificações do Ministério Público, 2021.

Na análise feita acima, constatou-se a ausência de recursos de acessibilidade voltados a Pessoa com Deficiência nas quatro Unidades Protegidas quase que de modo geral. Nota-se que quase não há a presença de pisos táteis, exceto no Jardim Botânico, desníveis escadas, rampas ou elevadores em todas as Unidades protegidas estudadas, além disso há o fato de em quase todas as UCs não dispor de espaços reservados para cadeiras de rodas.

Tal fato lança luz sobre a importância de se debater sobre tal realidade de maneira holística e crítica, com o poder público, por exemplo. Por outro lado, das quatro Unidades

Protegidas analisadas, apenas o Parque da Jaqueira dispõe de sanitários destinados a PCD e espaços reservados para pessoa com cadeira de rodas e seu acompanhante. Além disso, pode-se constatar a presença de outros recursos como brinquedos e instalações adequados para crianças com deficiência como consta na Figura 17.

Figura 17 - Brinquedo adaptado para crianças com deficiência física.



Foto: Prefeitura do Recife, 2019.

O Parque da Jaqueira, enquanto importante Unidade Protegida de Conservação da Paisagem, dispõe de alguns recursos e serviços, como calçadas regulares e placas sinalizadoras, que podem se caracterizar como um caminho para a promoção de uma acessibilidade arquitetônica. A presença de tais mecanismos beneficiam, além das Pessoas com Deficiência, a população que visita o espaço para a execução de diversificadas atividades. Percebe-se que, no geral, a promoção da acessibilidade arquitetônica, destinada à observação e remoção de barreiras físicas e ambientais de todos os espaços públicos, segundo Nonato (2011), é um importante passo para garantir ao PCD o exercício da sua cidadania.

Tal fato é benéfico para as Pessoas com Deficiência, enquanto cidadãos, que querem desfrutar de uma área natural em um bairro que apresenta uma significativa verticalização geográfica. Isso por que esses ambientes são importantes para que elas possam desfrutar de atividades de recreação e lazer, além de serviços ambientais como a qualidade do ar, qualidade sonora e o conforto térmico (PINA, 2011). Outrossim, no Quadro 4 constam outros recursos que foram analisados a partir do *checklist*.

Algumas questões concernentes a presença de pessoal capacitado para o atendimento de Pessoas surdas e cegas, como intérpretes de Libras, por exemplo, foram abordadas por se caracterizaram como mecanismos essenciais para a promoção de uma visita mais prazerosa e inclusiva para pessoas que apresentam as deficiências supracitadas. Uma vez que, conforme

afirma Werneck (1999, p.30) “a presença de pessoal capacitado em espaços públicos para o atendimento de pessoas com deficiência é um caminho para a valorização heterogeneidade de cada um de nós e dos outros também”.

Quadro 3 - Análise dos recursos de acessibilidade e inclusão social de Pessoas com Deficiência em Unidades Protegidas do Recife.

Recursos de acessibilidade e inclusão social	Unidades Protegidas	Deficiência Física	Deficiência Auditiva	Deficiência Visual	Não Ident.
Há sinalização de emergência luminosa nas áreas comuns?	Jardim Botânico	Sim	-	-	-
	Parque da Jaqueira	Sim	-	-	-
	Parque Apipucos	Sim	-	-	-
	UCN Dois Unidos	-	-	-	Sim
Há sinalização dos locais e equipamentos acessíveis com os símbolos internacionais?	Jardim Botânico	Sim	Sim	-	-
	Parque da Jaqueira	Sim	Sim	-	-
	Parque Apipucos	Sim	Sim	-	-
	UCN Dois Unidos	Sim	Sim	-	-
Há intérprete de Libras disponível?	Jardim Botânico	-	-	-	Sim
	Parque da Jaqueira	-	-	-	Sim
	Parque Apipucos	-	-	-	Sim
	UCN Dois Unidos	-	-	-	Sim
Há pessoal treinado para atendimento à Pessoa com Deficiência? (pessoas surdas, cegas etc)	Jardim Botânico	-	-	-	Sim
	Parque da Jaqueira	-	-	-	Sim
	Parque Apipucos	-	-	-	Sim
	UCN Dois Unidos	-	-	-	Sim

Fonte: Adaptado do Roteiro básico para avaliação da acessibilidade nas edificações do Ministério Público, 2021.

Como evidenciado no quadro acima, pode-se observar uma carência significativa em todas as quatro Unidades Protegidas analisadas acerca dos recursos necessários à promoção da acessibilidade e da Inclusão social das Pessoas com Deficiência física, auditiva e visual abordadas nesse estudo. A partir disso, abre-se espaços para algumas discussões importantes relativas a tais constatações evidenciadas pelo *checklist*.

Em um primeiro momento, é importante considerar que pensar as visitas e o turismo em Unidades de Conservação como vetores de inclusão social é, sobretudo, tentar compreendê-los e analisá-los sob a ótica de diferentes dimensões da existência humana em coexistência com a natureza. Como elucidado ao decorrer desse estudo, o contato com a natureza tem sido cada vez mais procurado por pessoas de todo o mundo. Frente a isso, é importante que se considere que as Unidades de Conservação possuem um incrível potencial para práticas de turismo e visitas exitosas com equilíbrio frente aos objetivos de conservação ambiental.

Para tanto, pode-se então aproveitar o potencial das Unidades de Conservação, desde que de maneira sustentável abarcando todo o seu potencial para práticas de turismo, visita e pesquisa científica. Afinal, conforme afirma Oliveira (2017, p.101) as Unidades de Conservação podem gerar dentre tantos outros benefícios: “emprego e renda, uma formação cidadã, ambiental e política da população, reconhecimento e valorização das tradições culturais, a adoção de práticas sustentáveis para a conservação dos recursos renováveis”. Frente ao exposto e para dar-se continuidade a discussão, outros importantes mecanismos foram avaliados no checklist conforme consta no Quadro 4.

Quadro 4 -Análise dos recursos de acessibilidade e inclusão social de Pessoas com Deficiência em Unidades Protegidas no Recife.

Recursos de acessibilidade e inclusão social	Unidades Protegidas	Deficiência Física	Deficiência Auditiva	Deficiência Visual	Não Ident.
Oferece equipamentos ou serviço customizado para PCD?	Jardim Botânico	Sim	-	-	-
	Parque da Jaqueira	Sim	-	-	-
	Parque Apipucos	-	-	-	Sim
	UCN Dois Unidos	-	-	-	Sim
Possui áudio-guia?	Jardim Botânico	-	-	-	Sim
	Parque da Jaqueira	-	-	-	Sim
	Parque Apipucos	-	-	-	Sim
	UCN Dois Unidos	-	-	-	Sim
Possui mapa tátil ou maquete para instruir monitores (se houver) e PCD?	Jardim Botânico	-	-	-	Sim
	Parque da Jaqueira	-	-	-	Sim
	Parque Apipucos	-	-	-	Sim
	UCN Dois Unidos	-	-	-	Sim
Há pessoal treinado para atendimento à Pessoa com Deficiência? (pessoas surdas, cegas etc)	Jardim Botânico	-	-	-	Sim
	Parque da Jaqueira	-	-	-	Sim
	Parque Apipucos	-	-	-	Sim
	UCN Dois Unidos	-	-	-	Sim

Fonte: Adaptado do Roteiro básico para avaliação da acessibilidade nas edificações do Ministério Público, 2021.

A partir da análise desse último quadro, pode-se então traçar um panorama da realidade das Unidades Protegidas na cidade do Recife. De modo geral, observou-se uma carência significativa em todas as quatro Unidades Protegidas analisadas dos recursos necessários para a promoção da acessibilidade e da inclusão social das PCD. Embora que inicialmente, como evidenciado no Quadro 1, haja mecanismos importantes de acessibilidade nas UCs, há ainda

um importante caminho para se percorrer para tornar esses lugares mais inclusivos.

Contudo, é importante que se saliente que apesar de poucos, os recursos de acessibilidade encontrados principalmente no Jardim Botânico do Recife, no Parque da Jaqueira e no Parque Apipucos, representam um importante caminho traçado pelo poder público e pela gestão desses espaços para o alcance de Unidades de Conservação mais inclusivas e atrativas para todos.

4.1 DISCUSSÃO DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS GESTORES

Os gestores das Unidades de Conservação brasileiras desempenham um importante papel na execução de políticas públicas e iniciativas que venham a garantir uma boa administração dos recursos naturais e financeiros das UCs, bem como o desenvolvimento socioambiental e cultural das comunidades tradicionais locais, em todas esferas, sejam elas estaduais, municipais ou federal. É importante destacar que o ato de administrar ou gerir uma Unidade de Conservação demanda e envolve, sobretudo, planejamento, diálogo e controle das atividades e ações a serem realizadas naquela área (SAHDO, 2018).

Por isso, é importante pontuar que, para se garantir eficácia no processo de gestão das UCs é importante que se tenha, também, pessoas qualificadas e aptas ao exercício da função (ALVES, 2011). Cabe destacar que o gestor desempenha um papel importantíssimo para a execução de iniciativas que promovam a acessibilidade e a inclusão social de Pessoas com Deficiência. Afinal, é ele quem articula e garante ações que possam gerar resultados que sejam pautados em políticas públicas (MONTANA; CHARNOV, 2003).

No que se refere à tabulação de dados qualitativos, a partir das respostas obtidas nos questionários aplicados aos quatro gestores responsáveis pelas Unidades Protegidas estudadas (APÊNDICE C), pode-se então traçar algumas constatações. De modo geral, os gestores, enquanto participantes estratégicos desse estudo apresentaram o compartilhamento de algumas informações relativas à adoção de iniciativas, por parte gestão, para inclusão e promoção da acessibilidade de Pessoas com Deficiência nas Unidades Protegidas, e também fizeram a descrição das principais iniciativas adotadas e ações que ajudariam a superar dificuldades, bem como a tornar essas Unidades Protegidas mais acessíveis para Pessoas com Deficiência.

Há importantes fatores que devem ser levados em consideração para se compreender a realidade de uma Unidade de Conservação. E um desses fatores que devem ser analisados é o

perfil e o trabalho que os gestores dessas UCs desempenham diariamente. Por isso, eis que é pertinente destacar algumas informações relevantes levantadas nessa pesquisa acerca dos gestores das Unidades Protegidas do Recife. Cabe destacar que dos quatro gestores entrevistados, 3 alegaram ter curso superior, com formação em Turismo, Pedagogia, e administração. O outro (a) gestor não detalhou sua formação.

Para além da formação superior, dois dos quatro gestores alegaram ter pós-graduação: 1 (um) possui Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Meio Ambiente, e o outro (a) possui Especialização em Educação Inclusiva. Frente ao exposto, é importante pontuar que os gestores da Unidades Protegidas de Recife possuem um nível de escolaridade que podem enriquecer o modo com o qual eles podem gerir as Unidades Protegidas. O conhecimento que cada um possui sobre a sua área de atuação, pode vir a contribuir de maneira interdisciplinar e holística no processo de gestão das UCs, uma vez que o conhecimento transdisciplinar pode ajudar na tomada de decisões e cumprimento de metas, por exemplo (SAHDO, 2018).

No que se refere ao primeiro questionamento presente no questionário, relativo à existência da adoção de iniciativas para incluir e promover a acessibilidade de pessoas com deficiência na cidade do Recife, todos os entrevistados relataram que sim, são adotadas iniciativas, mesmo que sutis, para promover a execução de práticas práticas e iniciativas para a promoção da inclusão social e da acessibilidade de Pessoas com Deficiência nas Unidades Protegidas do Recife.

Logo em seguida, de maneira mais detalhada, solicitou-se para que caso eles respondessem “sim” a resposta anterior, descrevessem quais iniciativas foram/são adotadas. Com base nesses pressupostos, obteve-se de todos os gestores que algumas iniciativas são adotadas como a presença de pisos táteis, trilhas com calçadas acessíveis conforme evidenciado nos trechos abaixo.

Piso Tátil; trilha calçada; material em alto relevo com estruturas vegetais e atividades lúdicas inclusivas (GESTOR 1, 2021).

Considerando que Unidades Protegidas são o Jardim Botânico, Unidades de Conservação da Natureza (UCN), Unidades de Conservação da Paisagem (UCP) e Unidades de Equilíbrio Ambiental (UEA), pode-se dizer que o Jardim Botânico, o Parque da Jaqueira (UCP) e algumas praças têm algumas estruturas adaptadas, como rampas, corrimãos e piso tátil. No Botânico foi feita uma trilha de madeira para usuários de cadeiras de rodas (GESTOR 2, 2021).

As UCNs, de forma geral, ainda não são estruturadas para uma visita planejada. Entretanto, nas novas atividades e estruturas que a SMAS está planejando para as

UCNs, a gestão está atenta para a inclusão e acesso para as pessoas com deficiências. Foram feitos levantamentos de possibilidades de trilhas com trechos acessíveis para pessoas que usam cadeiras de rodas (largura da trilha e piso adaptado), sinalização com algumas placas em braile, corremão em cordas com indicativo de sinalização especial. Também em materiais e atividades como a exposição fotográfica itinerante sobre as UCNs está se planejando o uso de braile (GESTOR 3, 2021).

Brinquedos conclusivos e rotas acessíveis no âmbito de parques (GESTOR 4, 2021).

A partir das respostas obtidas e acima evidenciadas, pode-se constatar que alguns resultados já encontrados respaldam o que foi achado no *checklist*. Dentre as UCs analisadas, principalmente, o Jardim Botânico e o Parque da Jaqueira dispõem de alguns mecanismos, como pisos táteis e rampas de acesso destinadas às pessoas que possuam alguma deficiência ou dificuldade de locomoção. O Jardim Botânico também dispõe de oficinas interativas e inclusivas, com presença de intérpretes de Libras, em algumas ações de Educação Ambiental. Tal fato representa um avanço importante para o alcance de UCs mais inclusivas.

O fomento a uma cidade mais inclusiva e acessível para todos está previsto em diretrizes de importantes documentos que norteiam a cidade do Recife. A promulgação da Lei nº 17.199/2006, que instituiu a Política Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência, apesar de não tratar propriamente da inclusão social e da acessibilidade de Pessoas com Deficiência em UCs, abarca a questão em âmbito geral, que pode ser perfeitamente aplicável ao contexto das Unidades de Conservação, afinal, elas também são espaços públicos. Isso porque a política, sobretudo, tem como objetivos previstos em seu artigo 6º:

II - viabilizar o acesso e garantir a permanência de atendimento em relação a todo e qualquer serviço público ou privado;

VIII - garantir a acessibilidade nos espaços públicos ou privados com vistas à construção de uma cidade inclusiva (RECIFE, 2006).

É importante que se conheça as diretrizes que norteiam as questões centrais relativas à acessibilidade e inclusão social presentes nesta dissertação de mestrado em âmbito nacional e também municipal, uma vez que, conforme afirma Silva (2018), o conhecimento jurídico caracteriza-se como uma eficiente e relevante ferramenta que norteará e auxiliará, até certa medida, à compreensão da realidade estudada pelo pesquisador.

Ademais, uma das questões-chave presentes no questionário de pesquisa direcionada aos gestores, referia-se ao porquê das Unidades de Conservação, em sua maioria, não dispõem de uma boa infraestrutura acessível e adequada para Pessoas com Deficiência. Quando indagados sobre tal questionamento, obteve-se importantes apontamentos acerca da questão da falta de recursos, que é uma das questões que merece destaque atualmente por inviabilizar

a continuidade de ações que assegurem a preservação e conservação da natureza, conforme pontua Medeiros et. al (2011) em seus manuscritos. Assim, obteve-se alguns outros apontamentos:

Na maioria das vezes por desconhecimento e por falta de empatia dos gestores que acreditam que não é de sua responsabilidade pensar em estratégias que venham facilitar e garantir os direitos dessas pessoas (GESTOR 1).

A maioria das UCNs não são ainda estruturadas para visitação, com o planejamento adequado para os diversos perfis de usuários. Há pouco conhecimento sobre as formas de viabilizar, na prática, as adaptações necessárias para o atendimento às pessoas com deficiência. Muitos fornecedores de serviços não têm essas soluções práticas, em termos de materiais, operacionalização, etc (GESTOR 2).

Falta de recursos (GESTOR 3).

A partir dos apontamentos destacados, é necessário que se traga a cerne questões importantes que podem ser destacadas a partir do que fora evidenciado na fala dos gestores. Em um primeiro momento, é pertinente destacar a importância de eles mesmos, enquanto figuras centrais da administração das UCs, reconhecerem o seu papel frente a ausência de iniciativas e ações que venham a contemplar as Pessoas com Deficiência. Afinal, é a partir desse reconhecimento que pode-se também traçar alternativas para mudar tal situação com diálogo e participação das pessoas envolvidas nesse processo de inclusão, para que assim, conforme aponta Santos (2017), as mudanças que possam vir a ocorrer em qualquer âmbito sejam de fato democráticas e participativas.

Enquanto figuras importantes na administração de pessoal e de recursos destinados as Unidades Protegidas, os gestores desempenham um papel-chave para o alcance de novas perspectivas para UCs mais inclusivas e com ações e recursos destinados as PCD no Brasil, uma vez que, conforme apontam dados do IBGE (2010), Pessoas com Deficiência representam mais de 23% da população brasileira. Após explanada bem essa questão, os gestores responderam a última pergunta presente no questionário. Tal questão referia-se a quais ações ajudariam a superar dificuldades e tornar essas Unidades Protegidas mais acessíveis para Pessoas com Deficiência. A partir de tal indagação, obteve-se as seguintes respostas:

Pra começar, ouvir essas pessoas e saber o que precisam e a partir daí criar estratégias para incluí-los nas suas diferentes especificidades (GESTOR 1).

Incluir no planejamento das intervenções nas UP a acessibilidade como diretriz. Fazer uma pesquisa mais ampla de exemplos de sucesso de acessibilidade em UCs:

.Conhecer de existem normas técnicas e regulamentações específicas para essa finalidade.

.Incluir no processo de planejamento de intervenções específicas que visem inclusão, uma aproximação com organizações como associação de pessoas deficientes, na busca de entender as reais necessidades e possibilidades de adequação dos espaços e estruturas, assim como orientações de como viabilizar a execução prática, a exemplo de materiais adequados e fornecedores de serviços específicos (GESTOR 2).

Fazer parcerias com organizações que atuem com essa abordagem (GESTOR 3).

A partir do que fora exposto, é importante destacar a importância do perfil democrático dos gestores frente às atuais demandas de nas Unidades Protegidas na cidade Recife. É de suma relevância destacar que para se construir um modelo de gestão participativa, integradora e inclusiva. Em um primeiro momento é importante que se ouça as vozes de todos os sujeitos envolvidos no processo de tomada de decisões para a estruturação e construção de UCs mais acessíveis. Nesse caso em específico, quando fala-se em acessibilidade e inclusão social das PCD, é essencial que se compreenda quais são suas reais necessidades e apelos, para então buscarem-se parcerias com o poder público e/ou privado para a execução de medidas que venham a promover uma cidade para todos.

4.2 DISCUSSÃO DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA CIDADE DO RECIFE

A cidade do Recife possui aproximadamente 431.359 pessoas que possuem alguma deficiência, segundo dados do IBGE (2010). Tal número equivale a mais de 28% da população total da cidade. Com base nesses pressupostos, eis que é de suma importância considerar a urgência de se pensar em uma cidade para todos, uma vez que historicamente as PCD foram e são recorrentemente excluídas de seus direitos, entre eles, o direito à cidade e consequentemente do direito ao lazer (BRAGA; SCHUMACHER, 2013).

Nessa perspectiva, o Estado, os órgãos públicos competentes e os gestores das cidades brasileiras desempenham um papel importante na promoção desses direitos. Uma vez que eles também são responsáveis por garantir à Pessoa com Deficiência a interpretação e execução de vários direitos adquiridos historicamente. Assim, conforme elucida Amanajás e Klug (2018, p. 29), e execução dos direitos inalienáveis às PCD: “deve ocorrer à luz da garantia e da promoção dos direitos humanos, compreendendo os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais adquiridos e reconhecidos”.

A edificação de uma agenda de planejamento e desenvolvimento urbano precisa levar em consideração a constituição de estruturas socioculturais, respaldadas em dois elementos que

se comunicam e se fortalecem mutuamente na sociedade contemporânea: a inclusão social e o respeito à diversidade. Com base nesses pressupostos, é necessário que haja a participação ativa e efetiva da sociedade civil, nesse caso também das Pessoas com Deficiência, na definição, monitoramento e implementação de políticas públicas, em parceria com as decisões do Estado, de modo a estimular as transformações sociais, culturais e políticas do meio em que se vive (AMANAJÁS; KLUG, 2018, p. 31).

Com base no que fora evidenciado, é importante trazer à cerne importantes considerações acerca do modo de como as Pessoas com Deficiência, que frequentam as Unidades Protegidas estudadas nessa pesquisa, exergam esses lugares e quais são suas perspectivas e percepções sobre questões relativas à acessibilidade e inclusão social em UCs. Nesse contexto, salienta-se que para tanto, foi realizada a aplicação de questionários semiestruturados a 50 (cinqüenta) Pessoas com Deficiência física, auditiva e visual que residem na cidade do Recife. Cabe destacar que a aplicação dos questionários foi realizada durante o período de maio a junho de 2021 através da plataforma *Google forms*.

É importante ressaltar que as Pessoas com Deficiência que responderam ao questionário eram membros, ou já fizeram parte, de associações e grupos que acolhem Pessoas com Deficiência na cidade do Recife. Dentre as associações que contribuíram para a execução desse estudo destacam-se a Associação de Surdos de Pernambuco (ASSPE); a Associação Beneficente dos cegos do Recife (ASSOBECER) e a Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB). Além disso, alguns estudantes e professores da Universidade Federal de Pernambuco, que possuíam uma das deficiências supracitadas, também responderam ao questionário (APÊNDICE II).

Em um primeiro momento, as Pessoas com Deficiência que responderam ao questionário foram indagadas acerca de questões relativas a frequência às UCs, conhecimento prévio que detinham sobre elas, bem como questões concernentes à acessibilidade e inclusão social. Além disso, procurou-se também sondar e conhecer o perfil dos entrevistados na pesquisa para o aprofundamento de discussões. De modo geral, os participantes estão inclusos na faixa etária dos 30 aos 40 anos. Além disso, é importante pontuar que, dentre as pessoas que responderam ao questionário há a predominância de Pessoas com Deficiência audiva (Tabela 2).

Tabela 2 - Perfil dos participantes da pesquisa.

Idade	Tipos de deficiências
18 a 29 anos: 17%	Deficiência física: 36%
30 a 39 anos: 48%	Deficiência auditiva: 48%
40 a 49 anos: 20%	Deficiência visual: 16%
Acima de 50 anos: 15%	

Fonte: Autora, 2021.

As áreas naturais protegidas da cidade do Recife, assim como as demais presentes em território brasileiro, são um dos locais mais procurados quando se busca o bem-estar e contato com a natureza. Com base nessa perspectiva e com ênfase no alcance dos objetivos, uma das primeiras indagações presentes no questionário aplicado às PCD, buscou saber se elas costumavam frequentar espaços naturais, a exemplo do Jardim Botânico, Parque da Jaqueira, para práticas de lazer, recreação, turismo, por exemplo. E caso a resposta fosse positiva, solicitou-se para fosse especificado a frequência.

Com isso, obteve-se algumas constatações. Cerca de 70% dos entrevistados alegaram visitar ao menos um espaço natural ou parque, sobretudo, para descansar e estabelecer um contato direto com a natureza em tempos habituais. Com a pandemia do Coronavírus, o turismo e as visitas, englobando também as UCs, foram fortemente afetados pela pandemia de Covid-19, o que provocou uma queda de 22% nas chegadas de turistas durante o primeiro trimestre de 2020 (OMT, 2020). Dos 70% dos participantes que alegaram visitar as UCs, salienta-se que 40% deles apontaram que as frequentam esporadicamente, 20% três vezes na semana, e 10% três vezes na semana. Os outros 30% dos entrevistados alegaram que não costumam frequentar esses lugares.

Outro questionamento presente no instrumento de coleta (questionário) diz respeito ao conhecimento prévio que eles detêm sobre Áreas Protegidas ou Unidades de Conservação. Cabe salientar que ao decorrer do questionário foi evidenciado que o Parque Dois Irmãos, o Jardim Botânico e Parque da Jaqueira são Áreas Protegidas e regidas por leis específicas. Quando questionados se eles sabiam do que se tratava Unidades de Conservação, 60% responderam enfaticamente não saber o que são Unidades de Conservação ou termos similares. Já os outros 40% dos participantes alegaram conhecer ou ter noções prévias dos termos. Para esse público foi elaborada uma questão os indagando acerca do que sabiam a respeito de Unidades de Conservação. Com isso, obteve-se algumas descrições elencadas a seguir:

Sei que são áreas muito burocráticas e comandadas pelo governo. Agora na Pandemia a maioria delas fecharam, inclusive o Jardim Botânico que costumava ir regularmente (PCD 01).

Locais onde o governo cuida e protege onde não se pode construir, reformar ou modificar algo (PCD 02).

São lugares excelentes (PCD 03).

Lugares que se paga para visitar para manter taxa de preservação (PCD 04).

Reserva de animais (zoológico) e mata atlântica (jardim botânica) (PCD 05).

Lugares com paisagens preservadas que não pode mecher em nada (PCD 06).

São territórios legalmente protegidos pelo poder público para a conservação dos recursos naturais (PCD 07).

Já ouvi falar muito em Unidades de Conservação, sobretudo, pelas polêmicas políticas que envolvem a questão ambiental brasileira. Sei que são espaços que prezam pela harmonia entre a natureza e visitas antrópicas, com o propósito de promover o equilíbrio ambiental (PCD 08).

As Unidades de Conservação simbolizam uma das estratégias mais eficazes na preservação do meio ambiente. Sei que são áreas reservadas em que há um controle para receber visitas. São também muito lindas e diversas por serem detentoras de belas paisagens (PCD 09).

São lugares que é protegido pelo governo. Sei que tem planta que não pode tocar e tem um monte de regra (PCD 10).

Apesar de uma porcentagem significativa dos participantes terem afirmado não saber o que são Unidades de Conservação, é importante ressaltar que as descrições relatadas pelos demais se aproximam do que é vivenciado na teoria e na prática. A exemplo disso, destaca-se o fato das Unidades de Conservação serem geridas pelo poder público e prezarem pela conservação e preservação ambiental (BRASIL, 2000).

Posteriormente, após explanados os questionamentos supracitados, a percepção dos entrevistados que visitam as UCs, acerca da existência de uma infraestrutura adequada, com rampas e intérpretes, para recebê-los enquanto Pessoas com Deficiência, também foi sondada. Cerca de 88% dos participantes alegaram que não. Ainda afirmaram que sentem falta de serem acolhidos nesses lugares, desprovidos de uma infraestrutura apropriada às suas necessidades. Por outro lado, os outros 12% alegaram que sim: as UCs estão equipadas com recursos e mecanismos básicos para recepcioná-los.

Uma das circunstâncias abordadas no questionário relacionava-se com o conhecimento ou desconhecimento por parte do entrevistado acerca de alguma iniciativa pública, com investimentos e ações, destinada à inclusão e à acessibilidade de pessoas com

deficiência nas áreas protegidas da cidade do Recife. 90% das PCD alegaram não conhecer nenhuma iniciativa materializada que fomente a acessibilidade nas Unidades Protegidas do Recife. Já os outros 10% alegaram conhecer alguma ação ou iniciativa.

Por fim, a última pergunta presente no questionário explanava quais iniciativas, ao ver das PCD, deveriam ser adotadas para a promoção da acessibilidade e inclusão nas Unidades Protegidas que elas frequentam. A partir de tal indagação, obteve-se como resposta majoritária que as UCs deveriam dispor de intérpretes de Libras, rampas e calçadas mais acessíveis, além de placas de sinalização em Braile para uma visita ou prática turística mais exitosas. Tais constatações estão evidenciadas nos relatos abaixo:

Uma das principais são a adequação da estrutura do lugar para receber um deficiente, ter acessos acessíveis, rampas e calçadas lisas (PCD 01).

Seria bom que as pessoas esteja pronto para interpretar para atender surdos (PCD 02).

As pessoas deveria ter conhecimento Libras para atender algumas explicação inicial para surdos (PCD 03).

A disposição d e intérprete de Libras do local, colocar o símbolo de Libras, para identificar que o local já oferece essa acessibilidade, para eu não ficar perguntando toda vez se tem interprete ou não (PCD 04).

A prefeitura junto ao governo do estado contratar profissionais qualificados para atuar nesses locais (PCD 05).

As placas de sinalização deveriam também está em braile. Seri interessante se também houvesse calçadas menos esburacadas (PCD 06).

A presença de Rampas e de pessoal qualificado para atender a gente que é deficiente seria um excelente começo (PCD 07).

Com base no que foi supracitado, é importante destacar que os anseios e a busca pela inclusão social das PCD ultrapassa o meio em que se ela se insere. A ideia de eliminação de obstáculos e barreiras, sejam elas culturais, físicas ou sociais, que impeçam o pleno exercício dos direitos, deve ser cada vez mais materializada no dia a dia. Afinal, todo cidadão tem direito de desfrutar das condições necessárias para o desenvolvimento de suas potencialidades, com autonomia e participação (SILVA; LEITÃO; DIAS, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante todas as discussões que foram apresentadas no decorrer da presente dissertação, faz-se imprescindível tecer considerações. Em um primeiro momento, a partir das análises feitas neste estudo, é oportuno pontuar que se constatou que ainda há muito o que ser feito para a promoção de Unidades de Conservação mais acessíveis e que assegurem a inclusão social das PCD em seus territórios. Apesar de uma parcela das Unidades Protegidas estudadas disporem de alguns mecanismos, como rampas e calçadas, os quais atendem parcialmente a certas necessidades das Pessoas com Deficiência, a adoção de novas medidas torna-se necessária.

Há ainda que se considerar o desafio de se efetivar a acessibilidade em áreas protegidas, de modo que todos possam vir a gozar de UCs acessíveis, com um meio ambiente equilibrado e preservado, simultaneamente. É sabido que o contato do ser humano com a natureza deve se dar de maneira harmônica e equilibrada. Mas, em termos práticos, esse contato ocorre, majoritariamente, de maneira desordenada e impactante. Com base nesses pressupostos, é importante se pensar em um modelo de gestão que contemple em seu planejamento Unidades de Conservação acessíveis enquanto espaços públicos, mas que não deixe de lado a conservação ambiental dessas áreas.

Além disso, é importante que se considere que os anseios e a busca pela acessibilidade e inclusão social das PCD ultrapassam as Unidades de Conservação. A ideia de eliminação de obstáculos e barreiras, sejam elas culturais, físicas ou sociais, que impeçam o pleno exercício dos direitos, deve ser cada vez mais materializada no dia a dia e em outros setores da sociedade civil. Afinal, todo cidadão tem direito de gozar das condições inalienáveis necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades, com autonomia e cidadania participativa.

Nos dias atuais, a conquista de direitos inalienáveis à Pessoa com Deficiência, como ao lazer, à educação, entre outros, caracteriza-se como um marco importantíssimo na história da luta pela igualdade, inserção na sociedade e nos espaços públicos. Tal fato é reflexo de mudanças históricas e de natureza dialética que foram integrantes e resultantes de um processo democrático, reivindicatório.

Assim sendo, conclui-se que acessibilidade e a consequente inclusão das PCD em Unidades de Conservação podem ser resultantes de um processo de articulação entre o poder público, gestores e as próprias Pessoas com Deficiência, a partir do diálogo, reflexões e planejamento participativo. Estes, indubitavelmente, podem resultar em um conjunto de ações

e determinações que possam vir a atender à realidade de Pessoas com Deficiência física, auditiva e visual na busca da efetivação da inclusão social e acessibilidade em Unidades de Conservação.

REFERÊNCIAS

- AMANAJÁS, R.; KLUG, L.. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. In: COSTA, M. A.; MAGALHÃES, M. T. Q.; FAVARÃO, C. B. **A Nova Agenda Urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**, Brasília (DF): Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas, 2018.
- ANDRADE, D.C.; ROMEIRO, A.R. **Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano**. Campinas, n. 155, fev. 2009.
- ANJOS, M. C. G. (Re) **Pensando o papel da Pessoa com Deficiência através da educação, 2015**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=2eeeabb94749b31c>Acesso em: 17 de ago. 2020.
- ARANHA, M. S. F. **Inclusão: políticas públicas e universidade**. Conferência proferida em Marília em, 06 jun. 2001. Disponível em: cape.edunet.sp.gov.br/textos/textos/8.doc. Acesso em: 28 mar. de 2020.
- ARAUJO, E.H.S. **Acessibilidade e inclusão de Pessoas com Deficiência na Faculdade de Direito da UFBA**, 2008. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares da UFBA, Salvador/BA, 2015.
- ARAÚJO, M. A. R. Unidades de Conservação no Brasil: a história de um povo em busca do desenvolvimento e da proteção da natureza. In: NEXUS. (Org.). **Unidades de conservação do Brasil: o caminho para gestão de resultados**. São Carlos, p.51-110, 2012.
- ARRUDA, M. B. Ecorregiões, Unidades de Conservação e Representatividade Ecológica do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M. (et. al. - ed. tecn.). **Cerrado: ecologia e flora. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica**, 2008.
- AZEVEDO, F.F.; PINHEIRO, B.R.A; SOARES, A.S. A relação homem-natureza e a práxis do turismo: um (re)encontro para a preservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.3, n.2, 2010, p.331-340.
- BARBIERI, J.C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BARBOSA, A.S. Mobilidade urbana para Pessoas com Deficiência no Brasil: um estudo em blogs. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 8 1º ed, p. 142-154, 2016.
- BARRETO FILHO, C. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.
- BENNETT, C. F. **Conservation and Management of Natural Resources in the United States**.USA: John Wiley &Sofns, 1983.
- BERMAN, M.G.; JONIDES, J.; KAPLAN, S. The Cognitive Benefits of Interacting with Nature.**Psychological Science**, Michigan, v.19, n. 12, p.1207-1212, 2015.

BERTO, R. The role of nature in coping with psycho-physiological stress: a literature review on restorativeness. **Behavioral Sciences**, n.4 ed. 4. p.394-409. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-328X/4/4/394>. Acesso em: mar, 2021.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Porto Alegre: Malhação, 2005.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Editora, 1994.

BORBA, A.L.S. TROIAN, G.C. FILHO, W.D.C. COSTA, M.R. Qualidade das águas do Aquífero Beberibe na região Metropolitana do Recife – PE. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Geoquímica, III Simpósio de Geoquímica dos países do Mercosul**, Gramado, 2011.

BRAGA, M. M.S. ; SCHUMACHER, A.A. Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela Teoria do Reconhecimento Social de Axel Honneth. **Revista Sociedade e Estado**. v.28, n.2, p.374-392, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 22 ed., São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>. Acesso: 20 de fev. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL.MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais- Deficiência física**. Brasília – DF: 2006.

BRASIL. **Pilares para a Sustentabilidade Financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de Áreas Protegidas, Brasília, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004** - Regulamenta as leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência., Brasília, 2004.

CAIADO, K. R. M. Direito à diversidade: o aluno com deficiência na escola regular, questões para o debate. In: SACAVINO, S.; CANDAU, V. M. (Org.) **Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas**. Petrópolis: DP et Alli Editora, 2009.

CAMARGO, E.P. **Saberes docentes para inclusão do aluno com deficiência visual em aulas de física**. V.3. Editora Unesp, São Paulo, 2012

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Roteiro básico para avaliação da acessibilidade nas edificações do Ministério Público**, 2019. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/Roteiro_B%20A%20sico_Avalia%20A7%20A3o_Acessibilidade_Sedes_MP.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

COSTA, F.A. P. **Arredores do Recife**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2015.

COSTA, K.W.O.A. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e o Regime das Incapacidades no Código Civil. **Cadernos do Ministério Público do Estado do Ceará**, Fortaleza, v.1, n.5, p.175-212, 2015.

DARCY, S. Inherent complexity: Disability, accessible tourism and accommodation information preferences. **Tourism Management**, v. 31, p.816-826, 2010;

DARCY, S.; DICKSON, T. A whole-of-life approach to tourism: The case for accessible tourism experiences. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v. 08, n 2, p. 32–44, 2009.

DOUROJEANNI, M.J. Sistemas de áreas protegidas na América Latina. Teoría y práctica. **Exégesis**, v. 2, n. 3, p. 67-76, 2010.

FARIA, M.D.; CARVALHO, J. L. F. Lazer Turístico e Marketing Estratégico: um estudo das restrições ao consumo para pessoas com deficiência motora. **VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. 2010.

FORUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Potencialidades do turismo na América Latina**. 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/>. Acesso em: 02 ago. 2020

GALVÃO FILHO, T. A. **A tecnologia assistiva para uma escola inclusiva: apropriação, demandas e perspectivas**. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GARCIA, V. G. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho: histórico e o contexto contemporâneo**. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAIR Jr, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: BOOKMAN, 2005.

HARTIG, Terry. Green space, psychological restoration, and health inequality. **The Lancet**, v. 372, Issue 9650, p. 1614 - 1615, 2008.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. 2012.

ICMBio. BIODiversa: visitação bate novo recorde em 2018. **Revista eletrônica do ICMBio**. Edição 10, v.01, 2019.

ICMBio. **Boas práticas na gestão de Unidades de Conservação**. 3. ed. Brasília: ICMBio, 2019. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/boas_praticas_na_gestao_de_ucs_edicao_3_2018.pdf . Acesso em: 20 out. 2020.

ICMBio. **Instrução Normativa nº 05, de 01 de junho de 2018**. Dispõe sobre diretrizes e procedimentos administrativos para o monitoramento da visitação em Unidades de Conservação federais. Brasília, DF, 2018.

ICMBio. **Lista das Unidades de Conservação Federais**. 2016. Disponível em: www.icmbio.gov.br. Acesso em 18 jan. 2020

ICMBio. **Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação**. Brasília, DF, 2020.

IUCN. **Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas**: Diretrizes para a sustentabilidade. 2019. Disponível: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_gestao_da_visitacao_em_areas_protegidas.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, **Xxxx**, v.4, n. 118, p. 189-205, 2005.

LEUZINGER, M. D. A gestão compartilhada de áreas protegidas como instrumento de compatibilização de direitos. **Revista de informação legislativa**, v. 53, n. 211, p. 253-271, jul./set. 2016. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/211/ril_v53_n211_p253. Acesso em: 13. out. 2020.

LEUZINGER, M.D.; VARELLA, M.D. Meio Ambiente na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional: avanços ou retrocessos (1988 a 2014). **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, Fortaleza, v. 34, p. 299-314, 2008.

LIMA, A.B. L.; MELO, I.B.N.; MINASSE, M.H.S.G.G. Acessibilidade do Parque Natural Municipal Victório Siquierolli (Uberlândia/MG) para visitação de pessoas com deficiências física, auditiva e visual. **Caderno Virtual de Turismo**, Minas Gerais, v. 19, n.3, 2019.

LOPES, L. F. Artigo 1: propósito. In: DIAS, J (Org.). **Novos comentários à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da

Presidência da República, Secretaria de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2014.

NASCIMENTO, L.M.; OLIVEIRA, A.M.; BARBOSA, U.N. Aspectos históricos e ambientais do Jardim Botânico do Recife, Pernambuco. **Revista Arrudea**, Recife, v.3, p.51-75, 2017.

NONATO, D. N. Acessibilidade arquitetônica como direito humano das pessoas com deficiência. Orbis: **Revista Científica**, v. 2, n.2, 2011.

MANTOAN. Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha. **Educação (PUC/RS)**, Porto Alegre / RS, v. XXIX, n. 1(58), p. 55-64, 2006

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**: Dos pré-socráticos a Wittgenstein. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

MARTIN, A.; COOLSAET, B.; CORBERA, E.; DAWSON, N.M.; FRASER, J.A.; LEHMANN, I.; RODRIGUEZ, I. Justice and conservation: the need to incorporate recognition. **Biological Conservation Magazine**, Washington, v.197, p.254-261, 2016.

MEDEIROS, R.; YOUNG; C.E.F.; PAVESE, H. B. & ARAÚJO, F. F. S. . **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**: Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MELO, J.A.L.M.; OLIVEIRA, K.K.D. Entendendo a Resolução 466/2012 e suas principais orientações para os pesquisadores. In: SANTOS, P. C.; NASCIMENTO, E.G.C. **Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos**: O que é necessário saber para aprovar um projeto de pesquisa? 1ª ed. Mossoró, Eduern, 2018.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente**: A gestão ambiental em foco. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MILLER, K. R. Evolução do conceito de áreas de proteção: oportunidades para o século XXI. In: **Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Curitiba: IAP: UNILIVRE: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997.

MINAYO, M. C. de S. **Desafio do Conhecimento**. 7ª Ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas**: seleção e manejo. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

OLIVEIRA, W.A. **Turismo, Unidades de Conservação e Inclusão social**: Uma análise da Área de Proteção Ambiental Recifes de Corais (APARC) e Área de Proteção Ambiental Jenipabu (APAJ), RN. Dissertação (Mestrado em Turismo) Departamento de Hotelaria e Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre a deficiência, 2011.** Disponível em:

https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf;jsessionid=F B8E5B17DBEA5961D64FC1B0A95F1247?sequence=4. Acesso em: 08 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Países da América do Sul e o turismo.** Disponível em: <http://www.world-tourism.org>. Acesso em: 06 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Visa Openness Report**, OMT, 2016. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/>. Acesso em: mar, 2021.

PEIXE, A. S. M.; TORRES, M.F.A. Mapeamento do uso e ocupação do solo do Jardim Botânico do Recife e entorno/PE através de fotografias aéreas. In: **Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto INPE**, 15, Curitiba. Curitiba, p. 1563-1572, 2011.

PAIXÃO, W.B. CORDEIRO, J.D.C. LEITE, N.K. Efeitos da pandemia do COVID-19 sobre o turismo em Fernando de Noronha ao longo do primeiro semestre de 2020. **Revista Brasileira de Turismo**, São Paulo, 15 (1), 2128, 2021.

PEREIRA, T. S.; COSTA, M. L. **Os jardins botânicos brasileiros – desafios e potencialidades, 2013.** Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v62n1/a10v62n1.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2021.

PÉREZ, D., VELASCO, D. **Turismo Accesible.** Hacia un Turismo para Todos. 2007. Disponível em: <http://www.cermi.es/esES/ColeccionesCermi/Cermi.es/Lists/Coleccion/Attachments/51/4Turismoaccesible.pdf>. Acesso em 20 jul. 2020.

PERNAMBUCO. **Lei Nº 13.787, de 08 de junho de 2009.** Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza-SEUC no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências. 2009. Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/SEUC;2238;20091019.pdf. Acesso em: 11 ago. 2020.

PRADO, A. R. A. **Acessibilidade e Desenho Universal. 2018.** Disponível em: <http://direitodoidoso.braslink.com/pdf/acessibilidade.pdf>, 2003. Acesso em: 25 out. 2009.

PREFEITURA DO RECIFE (PCR). **Plano de Manejo da Unidade de Conservação da Natureza de Dois Unidos.** Recife, 2020.

PREFEITURA DO RECIFE. **Plano de Manejo da Unidade de Conservação da Natureza Açude Apipucos.** Recife, 2020.

RECIFE. **Lei Nº 18.014 DE 09 de junho de 2014.** Institui o Sistema Municipal de Unidades Protegidas - SMUP Recife e dá outras providências. Recife, 2014.

RECIFE. Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **E-SIG UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO RECIFE**, 2018. Disponível em:

<https://esigportal.recife.pe.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=2d16de816cbd4e7d8031189fee8c87ec>. Acesso em: 04 abr. 2019.

REIS, J.V.; SILVA, J. F. Valoração ambiental do Parque da Jaqueira (Recife, Pernambuco-Brasil). **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, Recife, v.06, n.37, p. 103-119, 2018.

RING, I. Integrating local ecological services into intergovernmental fiscal transfers: the case of the ecological ICMS in Brazil. **Land use policy**, v.25, n. 4, p.485-497, 2008.

ROCHA, L. G. M. **Os Parques Nacionais do Brasil e a questão fundiária**: o caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) Departamento da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2002.

RODRIGUES, O. M. P. R. CAPELLINI, V. L. M. F. **Fundamentos históricos e conceituais da Educação Especial e inclusiva**: reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade. Disponível em:<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155246/1/unespoad_reei1_ee_d01_s03_texto02.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2018.

ROOK, G. A. Regulation of the immune system by biodiversity from the natural environment: An ecosystem service essential to health. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, Washington, v. 110, n. 46, p. 18360-18367, 2013.

SAMPAIO, C. T.; SAMPAIO, S. R. **Educação inclusiva**: O professor mediando para a vida. Salvador: EDUFBA, 2009.

SASSAKI, R. K. **Inclusão, Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SANTOS, Talianne Rodrigues et al. Políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência: uma reflexão crítica. **Revista Ágora**, Vitória, n. 15, p, 110-119, 2012.

SANTOS, G. M. **Construindo um itinerário histórico do desenho universal**: a normatização nacional e internacional da acessibilidade.; in: LOPES, M. E.; ORNSTEIN, S. W. **Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2017.

SCHERL, L. M.; WILSON, A.; WILD, R.; BLOCKHUS, J.; FRANKS, P.; MCNEELY, J. A.; MCSHANE, T. O. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações**. Gland/Suíça e Cambridge/Reino Unido: IUCN, 2006.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO RECIFE. **Localização das Unidades de Conservação Municipais**. Recife, 2012. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/UNIDADES-DE-CONSERVA%C3%87%C3%83O-MUNICIPAIS.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SERRANO, C.M. **A invenção do Itatiaia**. Campinas, 1993. Dissertação de mestrado em Sociologia- Instituto de filosofia e Ciências Humana, Universidade de Campinas, São Paulo. 1993.

SHADIE, P. Regional Protected Area Collaboration across Asia. In: **I Asia Parks Congress. Sendai**. Anais (About Protected Areas). Japan, 2013.

SILVA, G. G. H. A importância das Unidades de Conservação na preservação da diversidade biológica. **Revista Logos**, Rio Claro, v.12, p. 141-142, 2018.

SOUZA, R. C.; **Letramento crítico: um auto-olhar sobre os preconceitos das "minorias sociais" em busca de uma prática libertadora**. São Paulo. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) Departamento de Letras da Universidade de São Paulo. 2012.

STEVENS, P. Embedment in the environment: A new paradigm for well-being? **Perspectives in Public Health**, London, v. 130, n. 6, p. 265-269, 2010.

UICN. **Governance of protected areas from understanding to action**. IUCN-WCPA's Best Practice Protected Area Guidelines. 2013. Disponível em: <https://www.cmsdata.iucn.org>. Acesso em 10. set. 2020.

UNWTO. The Americas – South America continues to lead growth. **Tourism Highlights**. v. 10, p. 03-15, 2012. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284414666>. Acesso em: 16 mar. 2021.

UNWTO. **Supporting Jobs and Economies Through Travel & Tourism: a call for action to mitigate the socio-economic impact of covid-19 and accelerate recovery**. Madri: UNWTO, abril de 2020. Disponível em: https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2020-04/COVID19_Recommendations_English_1.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.

APÊNDICE A- CHECKLIST

Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e
Meio Ambiente

Checklist para pesquisa científica intitulada:
Inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência
em espaços naturais: perspectivas e possibilidades
em Unidades Protegidas do Recife

Local (UnidadeProtegida): _____

Nº	ANÁLISE DOS RECURSOS DE ACESSIBILIDADE EM UNIDADES PROTEGIDAS RECIFE	DEFICIÊNCIA FÍSICA	DEFICIÊNCIA VISUAL	DEFICIÊNCIA AUDITIVA	NÃO SE APLICA
1	Existem vagas de veículos reservadas para pessoa com deficiência perto do acesso da Unidade Protegida?				
2	As calçadas são antiderrapantes e antitrepidantes?				
3	Calçadas possuem inclinações aceitáveis e não possuem obstáculos?				
4	A rampa de acesso possui inclinação aceitável e corrimões em 2 alturas?				
5	A escada possui corrimão dos dois lados e piso antiderrapante?				
6	Há piso tátil de alerta nos obstáculos suspensos, desníveis, escadas, rampas e elevadores?				
7	Existem sanitários de uso público acessíveis?				
8	Existem assentos reservados para pessoa com mobilidade reduzida?				
9	Há espaços reservados para pessoa em cadeira de rodas com seu acompanhante?				
10	Existem mesas reservadas e com altura adequada a pessoas com deficiência ?				
11	Há sinalização de emergência luminosa nas áreas comuns?				
12	Há sinalização de emergência sonora nas áreas comuns?				
13	Há sinalização dos locais e equipamentos acessíveis com os símbolos internacionais?				
14	Há intérprete de LIBRAS disponível?				
15	Possui pessoal treinado para atendimento à pessoa com deficiência (pessoas surdas, cegas etc) ou mob. reduzida?				
16	Oferece produto ou serviço turístico customizado para a pessoa com deficiência?				
17	Possui áudio-guia?				

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO (PCD)



QUESTIONÁRIO PARA VISITANTE(S) RELATIVO À PESQUISA CIENTÍFICA: INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ESPAÇOS NATURAIS: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES EM UNIDADES PROTEGIDAS DO RECIFE

IDADE: _____

SEXO: () FEMININO () MASCULINO

QUANTAS VEZES FREQUENTA A UNIDADE PROTEGIDA POR MÊS:

1) Possui alguma deficiência?

() Sim () Não

Se sim, qual das descritas abaixo?

() Deficiência física () Deficiência auditiva () Deficiência Visual () Outras

2) Você costuma frequentar espaços naturais, a exemplo do Jardim Botânico, Parque da Jaqueira etc, para práticas de lazer, recreação, turismo etc?

() Sim () Não

Caso sim, com qual frequência?

() Diariamente () Três vezes na semana () Duas vezes na semana
() Esporadicamente

3) Você já ouviu falar em Áreas Protegidas ou Unidades de Conservação?

() Sim () Não

3.1) Você sabia que parte considerável dos espaços naturais abertos à visitação na cidade do Recife (Parque Dois Irmãos, Jardim Botânico e Parque da Jaqueira) são Áreas Protegidas regidas por leis específicas?

() Sim () Não

Se sim, o que você já ouviu falar sobre Áreas Protegidas/Unidades de Conservação?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO (GESTORES)



QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA GESTORES RELATIVO À PESQUISA: INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ESPAÇOS NATURAIS: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES EM UNIDADES PROTEGIDAS DO RECIFE

QUAL SUA FORMAÇÃO? _____

QUAL ESCOLARIDADE? _____

() Ensino Fundamental I completo () Ensino Fundamental I incompleto

() Ensino Fundamental II completo () Ensino Fundamental II incompleto

() Ensino Médio completo () Ensino Médio incompleto

() Ensino Superior completo () Ensino Superior incompleto

() Pós Graduação (Mestrado, doutorado) em andamento () Pós Graduação concluída

1) São adotadas iniciativas pela gestão para incluir e promover a acessibilidade de pessoas com deficiência nas Unidades Protegidas?

() Sim () Não

Se sim, descrever quais iniciativas foram/são adotadas.

2) De acordo com sua experiência, porque as Unidades de Conservação, em sua maioria não dispõem de uma boa infraestrutura acessível e adequada para pessoas com deficiência?

3) Na sua opinião, quais ações ajudariam a superar dificuldades e tornar essas Unidades Protegidas mais acessíveis para pessoas com deficiência?

APÊNDICE D- TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE –
PRODEMA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PESQUISA *ONLINE*
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa: Inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência em espaços naturais: perspectivas e possibilidades em Unidades Protegidas do Recife, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a): Luana Cândido dos Santos, pesquisadora residente na Rua Elpídio Branco, nº 803, CEP: 50740250, Recife, cujo telefone para contato é: 81973327478 e email: luanacandidodossantos@gmail.com.

A respectiva pesquisa está sob a orientação do professor doutor da UFPE: Itamar José Dias e Cordeiro, Telefone: (81)99990-2075, e-mail: itamar_cordeiro@yahoo.com.br. Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável. O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- A respectiva pesquisa tem como objetivo analisar a situação das Unidades Protegidas na cidade quanto à acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência; diagnosticar a situação de 4 Unidades Protegidas da cidade do Recife no que toca à acessibilidade; e por fim investigar a percepção das pessoas com deficiência que frequentam as Unidades Protegidas acerca de temas relacionados à inclusão e acessibilidade nesses espaços; discutir os fatores que dificultam a gestão das Unidades Protegidas na aplicação de iniciativas voltadas à inclusão e à acessibilidade em Unidades Protegidas na cidade do Recife. A coleta de dados será feita a partir da aplicação de questionários e *checklist* que ficarão disponíveis na plataforma *online Google Forms* durante o período de um mês, aproximadamente. Os questionários serão respondidos individualmente pelos participantes da pesquisa.
- Em sua participação, na minha pesquisa, o (a) senhor (a) responderá algumas perguntas que farei por meio de questionário e/ou *checklist*, no qual dirá “sim” ou “não” bem como outras informações. Esse processo levará em torno de 5 minutos.
- Os riscos, resultantes da participação do voluntário nesta pesquisa, como possíveis desconfortos ou constrangimentos relativos aos depoimentos e opiniões expressadas durante o processo de

realização de respostas aos questionários e/ou checklist, serão minimizados pela ausência de identificação da identidade do entrevistado.

- Não serão gerados benefícios diretos, mas indiretos podem surgir, como contribuições científicas nas discussões sobre a acessibilidade e inclusão social e sua relação com as UCs, bem como a geração de informação estratégica que permita ao poder público a otimização e planejamento de ações com ênfase na inclusão de pessoas com deficiência.
- Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa a partir de questionários e *checklist* ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade de: Luana Cândido dos Santos no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

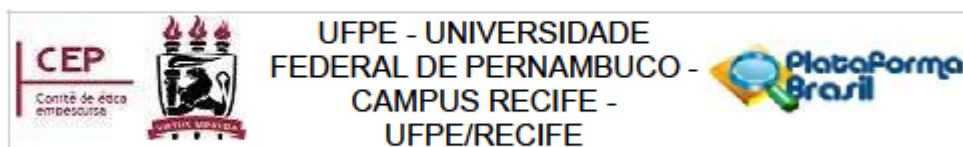
Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo: Inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência em espaços naturais: perspectivas e possibilidades em Unidades Protegidas do Recife, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Ao clicar no botão abaixo, o (a) Senhor (a) concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde em Li e concordo participar da pesquisa no seu navegador.

Li e concordo participar da pesquisa.

ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFPE



ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DAUFPE

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ESPAÇOS NATURAIS: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES EM UNIDADES PROTEGIDAS DO RECIFE

Pesquisador: LUANA CANDIDO DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 32633420.5.0000.5208

Instituição Proponente: CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

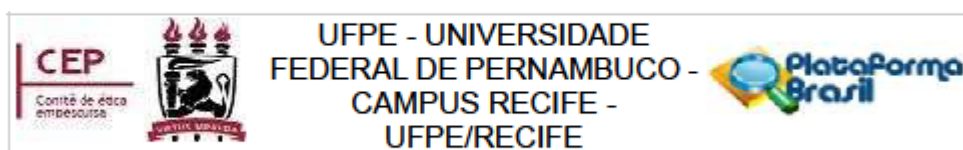
Número do Parecer: 4.620.735

Apresentação do Projeto:

Trata-se de Emenda ao projeto original intitulado " INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ESPAÇOS NATURAIS: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES EM UNIDADES PROTEGIDAS DO RECIFE", de Luana Candido dos Santos, projeto de pesquisa para Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Itamar José Dias e Cordeiro. Na Emenda a pesquisadora solicita fazer alterações nos Objetivos, na metodologia (alterando um dos pontos de coleta das informações), no cronograma, o acréscimo de um questionário voltado para os Gestores dos Parques escolhidos, bem como uma redução no número de participantes. Essas alterações se deveram a pandemia da Covid ou foram propostas pela Banca de Qualificação do Programa de Pós-Graduação.

As Unidades de Conservação (UCs) possuem atributos naturais e culturais importantes que se caracterizam como atrativos para a realização de práticas de lazer e atividades voltadas ao turismo. Contudo, a ausência de iniciativas tomadas pela gestão dessas áreas Contudo, por mais que essas atividades sejam economicamente viáveis, para o alcance do desenvolvimento sustentável é necessário que essas áreas tenham sustentabilidade ecológica e comprometimento social. A ausência de iniciativas que contemplem a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência na gestão de áreas protegidas,

Endereço: Av. Professor Moraes Rego, nº SN - 3º andar norte, Bloco B, antiga coordenação do curso médico.
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.670-901
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-3743 **E-mail:** cepcurpe@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.620.735

apresentam-se como um empecilho para gestão eficiente desses espaços. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a situação das Unidades Protegidas na cidade do Recife, aqui também referidas como Unidades de Conservação, quanto à acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a situação das Unidades Protegidas na cidade do Recife quanto à acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

Objetivo Secundário:

- .Diagnosticar a situação de 4 Unidades Protegidas da cidade do Recife no que toca à acessibilidade;
- .Investigar a percepção das pessoas com deficiência que frequentam as Unidades Protegidas acerca de temas relacionados à inclusão e acessibilidade nesses espaços;
- .Discutir os fatores que dificultam a gestão das Unidades Protegidas na aplicação de iniciativas voltadas à inclusão e à acessibilidade em Unidades Protegidas na cidade do Recife.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos resultantes da participação do voluntário nesta pesquisa, como possíveis desconfortos ou constrangimentos relativos aos depoimentos e opiniões expressadas durante o processo de realização de respostas aos questionários e/ou checklist, serão minimizados pela ausência de identificação da identidade do entrevistado.

Benefícios:

Não serão gerados benefícios diretos, mas indiretos podem surgir, como contribuições científicas nas discussões sobre a acessibilidade e inclusão social e sua relação com as UCs; geração de informação estratégica que permita ao poder público a otimização e planejamento de ações com ênfase na inclusão de pessoas com deficiência.

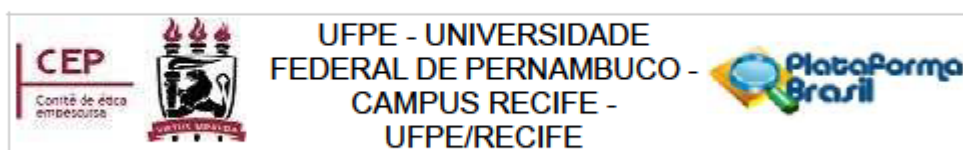
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa e sua divulgação posterior poderá contribuir para a melhoria da dignidade da pessoa deficiente, daí a sua relevância desde a perspectiva ética.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos encontram-se em conformidade com as exigências do CEP.

Endereço: Av. Professor Moraes Rego, nº SN - 3º andar norte, Bloco B, antiga coordenação do curso médico.
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.670-901
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)2126-3743 E-mail: cepufpe@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.620.735

Recomendações:

Sem Recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem Pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

A emenda foi avaliada e APROVADA pelo colegiado do CEP.

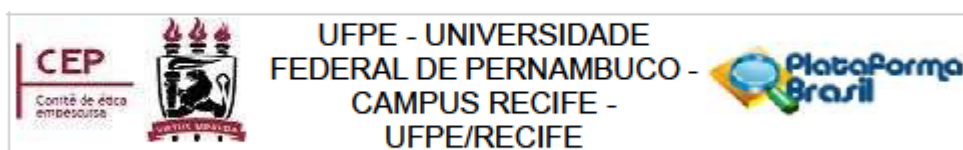
Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_1723104_E1.pdf	28/03/2021 11:08:29		Aceito
Outros	CARTARESPOTAOK.docx	28/03/2021 11:05:41	LUANA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
Outros	JUSTIFICATIVAEMENDARIGHT.pdf	23/03/2021 23:52:08	LUANA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/03/2021 23:43:19	LUANA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
Declaração de concordância	CARTASEMENDA.pdf	23/03/2021 23:42:55	LUANA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	BROCHURAATUALIZADA.pdf	23/03/2021 23:42:25	LUANA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	23/03/2021 23:37:53	LUANA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
Outros	cartarespostaokay.pdf	01/07/2020 23:36:06	LUANA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
Outros	historicoprodema.pdf	21/05/2020 13:24:20	LUANA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
Outros	lattesitamar.pdf	21/05/2020 13:23:02	LUANA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
Outros	lattesluana.pdf	21/05/2020 13:22:43	LUANA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito
Outros	confidencialidadeoficial.pdf	21/05/2020 13:22:04	LUANA CANDIDO DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. Professor Moraes Rego, nº SN - 3º andar norte, Bloco B, antiga coordenação do curso médico.
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.670-901
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)2126-3743 E-mail: cepufpe@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.620.735

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

RECIFE, 30 de Março de 2021

Assinado por:
LUCIANO TAVARES MONTENEGRO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Professor Moraes Rego, nº SN - 3º andar norte, Bloco B, antiga coordenação do curso médico.
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.670-901
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-3743 **E-mail:** cep@ufpe@gmail.com